



PSD p.15

“Bem-querer a Abrantes” é o lema da campanha protagonizada por Elsa Vitório



PSD p.5

Daniel Rodrigues é um “candidato de excelência” para a Lousã

# Povo Livre



nº 1794

4 de Setembro de 2013

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

# “Vamos vencer a crise”



Pedro Passos Coelho encerrou a UV 2013 em Castelo de Vide

PSD p.6

Na Festa do Pontal: “Nunca estivemos tão próximos de reconquistar a nossa total soberania”

PSD p.14

Apresentação da candidatura de Pedro Pinto à Câmara de Sintra



Pedro Passos Coelho encerra a UV

# “Vamos vencer a crise, mas soluções de recurso têm sempre preços mais elevados”

O encerramento da XI Universidade de Verão, como tem acontecido nos últimos anos, foi feito pelo Presidente do Partido – e neste caso, também Primeiro-Ministro, que transforma esta ocasião quase informal, num discurso muito importante, o verdadeiro discurso da “rentrée” política do PSD e um mapa de estrada do que será a acção governativa e partidária da próxima temporada legislativa. Por isso e para podermos dar na íntegra o seu texto, o faremos no próximo número do “Povo Livre” e aqui deixamos ficar, apenas, alguns tópicos que são algumas balizas a indicar o caminho que Pedro Passos Coelho deseja seguir.

Lembremos que este discurso foi proferido (de improviso) no rescaldo de mais uma reprovação, pelo Tribunal Constitucional, de medidas de requalificação no sector público, que visavam readquirir iniciativas de reforma do sector e alguma diminuição de despesa pública, na sequência de anteriores reprovações de medidas com idêntico fim, pelo mesmo tribunal.

Frente aquela plateia de jovens entrosados na formação política, e falando na qualidade de Primeiro-Ministro, Passos Coelho disse que o Governo irá estudar “as objecções levantadas pelo Palácio Rattón e procurar corrigir os fundamentos de inconstitucionalidade do diploma”, mas deixou no ar, na impossibilidade do executivo poder baixar os salários, as pensões e na indesejabilidade ou possibilidade de reduzir o emprego público - o único caminho restante, o pedido de segundo resgate.

Afirmou: “Se não formos capazes nos próximos meses de sinalizar aos nossos credores esta reforma estrutural do Estado, que garanta que a despesa baixa de uma forma sustentada, o que acontecerá é que não estaremos em condições de prosseguir o nosso caminho sem mais financiamento, sem um segundo programa que garanta ao país os meios que ele precisa”, declarou.

O Primeiro-Ministro garantiu que o Governo irá apresentar “muito rapidamente” uma alternativa à proposta de requalificação da função pública que o Tribunal Constitucional chumbou, mas avisou que as soluções têm sempre um preço “mais elevado”.

“Sobre esta última medida de requalificação no Estado, nós apresentaremos muito rapidamente uma



alternativa, não será tão boa como aquela que propusemos inicialmente, mas proporemos uma outra”, disse Pedro Passos Coelho.

Antes, o líder do executivo tinha já assegurado que o Governo irá decerto encontrar uma solução para o problema, mas deixou o aviso de que “essas soluções têm sempre um preço e esse preço é sempre mais elevado”.

Os juizes do Tribunal Constitucional (TC) tinham reprovado na quinta-feira passada, o regime jurídico da “requalificação de trabalhadores em funções públicas”, cuja “fiscalização abstracta preventiva” tinha sido pedida pelo Presidente da República.

O juiz presidente do tribunal, Joaquim Sousa Ribeiro - que reuniu apenas com 7 elementos, dado que os restantes se encontravam de férias - esclareceu na quinta-feira que alguns artigos foram declarados inconstitucionais por violarem a “garantia da segurança no emprego” e o “princípio de proporcionalidade constantes dos artigos 53 e 18 número dois da Constituição da República Portuguesa”.

As centrais sindicais e os partidos da oposição congratularam-se com a decisão do TC, enquanto os partidos que suportam o Governo mostraram preocupação em relação a este “contratempo” na tarefa de redução da despesa do Estado. O novo sistema de requalificação, agora declarado inconstitucional, previa a rescisão contratual para os trabalhadores colocados em inactividade durante um ano, com atribuição da indemnização prevista na lei geral e com direito à protecção no desemprego.

O regime de requalificação é uma das formas através das quais o Governo pretende reduzir o número de efectivos na função pública. A aposentação e o programa de rescisões por mútuo acordo são as outras formas previstas.

Nem tudo foi negativo, pois, entretanto, resultantes positivas iniciais ao trabalho do Governo começam a aparecer já nos últimos indicadores sobre o desempenho da Economia, no segundo trimestre deste ano, com o crescimento de 1,1% do Produto Interno Bruto face aos primeiros três meses do ano, e o recuo do desemprego para os 16,5 por cento em Julho, também merecer uma nota na intervenção do Primeiro-Ministro, que já se congratulou com estes dados, embora avisando que ainda existe “um caminho muito complexo pela frente”.

“Não é preciso rever a Constituição para cumprir o programa de ajustamento e para implementar estas medidas, é preciso é bom senso”

A necessidade de consensos, uma mensagem que atravessou quase toda a intervenção, e o tema das eleições autárquicas, que se realizam dentro de menos





de um mês, forma destacadas no discurso de Pedro Passos Coelho.

Entretanto e continuando a focar-se na decisão dos Juizes do Constitucional, o Primeiro-Ministro contrariou a ideia que é preciso rever a Constituição para implementar as medidas necessárias para cumprir o programa de ajustamento, sublinhando que é apenas necessário “bom senso” por parte de quem a aplica.

“Não é preciso rever a Constituição para cumprir o programa de ajustamento e para implementar estas medidas, é preciso é bom senso”, afirmou o chefe do executivo.

Sublinhando que nenhum dos acórdãos do Tribunal Constitucional (TC) que não aprovou medidas importantes para a reforma do Estado, encontrou na Constituição “um óbice”, Passos Coelho atribuiu a decisão à interpretação que os juizes do Palácio Ratton fazem da Lei Fundamental.

“Não foi por causa da Constituição, foi por causa da interpretação que os Juizes do TC fazem da Constituição”, sustentou o Primeiro-Ministro que insistiu na necessidade de reformar o Estado, para concluir com sucesso o programa de ajustamento, reforçando que não é a Constituição que impede essa tarefa e notando que os princípios até agora invocados pelos juizes para dar sentença negativa a diplomas do Executivo, são princípios inscritos em qualquer Lei Fundamental, como os princípios da liberdade, equidade, proporcionalidade e confiança.

Na sua extensa intervenção, o Primeiro-Ministro elegeu como tema central do discurso a reforma do Estado e a acção negativa do TC, reconhecendo que “o Estado está mais demorado na sua reforma do que a sociedade civil”.

“Quando chega ao momento de tomar as decisões que têm um impacto generalizado sobre todos os portugueses, normalmente as dificuldades de natureza constitucional não se colocam. Mas, quando olhamos para o sector Estado em particular tem sido muito difícil, apesar do momento excepcional, dar um sentido duradouro às reformas”, disse.

Insistindo que o Estado não pode continuar com a “factura salarial” actual, que representa cerca de 75 por cento da despesa total do Estado, Passos Coelho falou depois dos argumentos que têm sido utilizados para contrariar a necessidade das medidas propostas pelo Governo, nomeadamente o princípio da confiança.

A utilização desse argumento, defendeu, faz com que a geração presente esteja a endossar para a geração futura o custo da convergência, ao defender que os direitos adquiridos até hoje não podem ser tocados.

“É duplamente injusto, a nova geração não tem culpa do que se passou no passado”, sublinhou.

Numa referência indirecta à decisão do TC, de considerar inconstitucionais alguns dos artigos do novo regime da requalificação da função pública por violarem a “garantia da segurança no emprego”, Passos Coelho alertou para a injustiça que é, neste campo comparar o sector público ao sector privado.

“Já alguém se lembrou de perguntar aos mais de 900 mil desempregados no país, de que lhes valeu a Constituição que o TC invoca, até hoje, para proteger os funcionários do Estado?”, perguntou ante aplausos fortíssimos da assistência.

Ainda relativamente acção de negativa do TC a medidas propostas pelo Governo, no âmbito da reforma do Estado, Passos Coelho mostrou as dificuldades que têm sido colocadas ao Executivo, recordando que por um lado se defende violentamente os princípios da igualdade e equidade entre o sector público e o sector privado, por outro, se defende que é necessária uma maior a legitimidade de tratamentos substancialmente diferentes e a manutenção de situações de privilégio nos funcionas estatais.

“Se dizem que devemos tratar da mesma maneira, deixem aplicar as mesmas regras ao sector público, se também não deixarem então é muito difícil, se não impossível”, disse, considerando que se está perante uma “impossibilidade de lidar com a realidade”, onde se defende a cristalização dos “direitos adquiridos todos, mesmo que o País não os possa pagar”.

“Isto é um absurdo, eu não acredito que se possa persistir neste absurdo”, salientou.

Pedro Passos Coelho garantiu que o Governo irá apresentar “muito rapidamente” uma alternativa à pro-



posta de requalificação da função pública que o Tribunal Constitucional chumbou, mas avisou que “as soluções têm sempre um preço mais elevado”.

“Sobre esta última medida de requalificação no Estado, nós apresentaremos muito rapidamente uma alternativa, não será tão boa como aquela que propusemos inicialmente, mas proporemos uma outra”, disse Pedro Passos Coelho, mas “essas soluções de recuso têm sempre um preço; e esse preço é sempre mais elevado”.

“Se Governo insiste não é porque quer perder eleições, não é porque quer que as pessoas vivam pior, não é porque quer andar à guerra com o PS ou o TC”, assegurou, reforçando que há um problema para resolver, que tem a ver com a necessidade de reduzir a despesa do Estado.

Passos Coelho também lembrou que quem agora “diz que tem soluções miraculosas” (o PS) são aqueles que conduziram o País até aqui.

“Acredito que vamos vencer esta crise”, disse, recusando, contudo, mudar a estratégia e o rumo traçado.

“Não podemos parecer umas baratas tontas, que à primeira dificuldade mudam a estratégia, viram as velas de qualquer maneira, nunca saem do sítio, andam à volta, à volta, e são como os cães a morder a sua própria cauda, não saem dali. Não podemos fazer isso. Quem tem um rumo deve persistir, não por teimosia, mas por uma questão de verdade e transparência democrática”, acrescentou.

Na sua intervenção, Pedro Passos Coelho falou ainda brevemente da 8.ª e 9.ª avaliações da ‘troika’, que decorrerão em Setembro, explicando que serão debatidas as condições de conclusão do programa de ajustamento e o período de transição para o ‘pós-troika’.

Negociações que o Primeiro-Ministro admitiu serão mais difíceis, na sequência da decisão negativa do TC a mais um diploma do Governo.

Passos Coelho prometeu, porém, fazer tudo aquilo que cabe a um primeiro-ministro, defendendo sempre o País. - Fontes: Povo Livre, Lusa, SIC Notícias



## Na morte de António Borges

# Académico brilhante e personalidade ímpar

O economista social-democrata António Borges, que hoje morreu aos 63 anos, destacou-se pela carreira internacional e pelas medidas polémicas defendidas para enfrentar a crise económica nacional.

António Mendo de Castel-Branco do Amaral Osório Borges nasceu em Ramalde, Porto, a 18 de Novembro de 1949, era casado e tinha 4 filhos.

Borges era militante do Partido Social Democrata, do qual foi vice-presidente da Comissão Política Nacional, entre 2008 e 2010, sob a liderança de Manuela Ferreira Leite.

Depois de se licenciar em Economia e Finanças, em 1972, no antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, António Borges estabeleceu-se nos Estados Unidos, em 1976, onde obteve os graus de Mestre e Doutor em Economia.

O economista foi docente do INSEAD, em França, em 1980, uma das mais prestigiadas instituições de formação pós-doutoramento, de que foi director e reitor nos anos 90.

Em Portugal leccionou na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Católica, onde era professor catedrático convidado.

António Borges foi Vice-Governador do Banco de Portugal, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Goldman Sachs Internacional, em Londres, e administrador de várias empresas, nomeadamente do Citibank, do BNP Paribas, da Petrogal, da Sonae, da Jerónimo Martins, Cimpor e Vista Alegre.

Foi ainda consultor do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, do U.S. Electric Power Research Institute, da OCDE e colaborou com a União Europeia na criação da União Económica e Monetária.

Era Presidente do Instituto Europeu de Corporate Governance e administrador da Fundação Champalimaud.

Em 2010 foi nomeado director do Departamento Europeu do Fundo Monetário Internacional. Nesse ano foi-lhe diagnosticado o cancro no pâncreas que lhe causou a morte, mas que a sua vontade férrea o fez ignorar, trabalhando até ao último dia da sua vida e não se poupando a viagens extremamente desgastantes, como a que fez ao polo do INSEAD, em Singapura, 12 dias antes de falecer.

Ficará sempre na nossa lembrança a sua frase "O Estado não é bom gestor!", que reflectia as suas convicções íntimas, de forma definitiva e lapidar.

Foi escolhido pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho para liderar a equipa que acompanhava, junto da 'troika', os processos de privatizações, as renegociações das parcerias público-privadas, a reestruturação do sector empresarial do Estado e a situação da banca.

Reconhecido como "um economista brilhante", António Borges não fugia a assumir posições polémicas, que lhe renderam comentários irados e nem sempre elegantes, de sectores politicamente mais à esquerda.

O primeiro-ministro lamentou hoje a morte do economista António Borges, enaltecendo o seu "prestígio técnico e académico" e a "lucidez e determinação" com que se envolveu nos processos das privatizações e das parcerias público-privadas.

## Declarações do Primeiro-Ministro e do PSD

Em nota enviada à Imprensa, o Primeiro-Ministro afirmou que tinha recebido "com profunda consternação" a notícia da morte de António Borges, que considerou ser uma "figura destacada da vida pública portuguesa e personalidade de grande prestígio técnico e académico na cena internacional".

"O Primeiro-Ministro não esquece a lucidez e a determinação com que o professor António Borges desempenhou as funções de consultor do Governo para as privatizações e para as renegociações das Parcerias



Público-Privadas, numa altura em que já travava um combate difícil com a doença que o viria a vitimar", refere Passos Coelho, que apresentou, simultaneamente, condolências à família do economista.

Por seu lado, e em nome do PSD, Teresa Leal Coelho afirmou que "O PSD lamenta profundamente a morte do Companheiro António Borges. É já com saudade que evocamos a personalidade ímpar do Professor António Borges. Um Homem de Família, um Professor, um Português que foi bandeira honrosa de Portugal no Mundo. Foram e continuarão a ser, evidentes as qualidades do Professor António Borges. Um homem de carácter, determinado, frontal, inteligente, um economista de excelência que se colocou ao serviço de Portugal e da Academia. Um Vice-Presidente do PSD que deixou no Partido uma marca indelével. Um Homem que é, e será, referência de coragem. O Professor António Borges morreu como viveu, morreu sem medo de falar verdade e de partilhar o seu pensamento e as suas capacidades. Morreu livre e solidário. O Companheiro António Borges foi um homem livre que escolheu servir Portugal até ao último folgo. Em representação do PSD, dirijo-me em particular à Família do Professor António Borges transmitindo que já sentimos a falta do Professor. OBRIGADO PROFESSOR ANTÓNIO BORGES".

## Amigos e políticos no funeral de António Borges

O funeral de António Borges partiu da Basílica da Estrela para o crematório do cemitério do Alto de São João, conforme a sua vontade expressa. Na missa de corpo presente, na Basílica da Estrela, estiveram muitas personalidades de destaque na vida nacional e algumas fizeram declarações à Imprensa, como por exemplo, o actual Ministro da Economia, Pires de Lima, que afirmou: "Era um homem com ideias muito fortes, com uma enorme coragem, sempre me impressionou muito a serenidade com que apresentava as suas ideias, porque demonstrava uma força interior e uma capacidade de intervir num País que é muito reaccionário ante ideias novas".

Recordando o tempo em que António Borges foi seu professor na Universidade Católica no início da década

de 80, Pires de Lima destacou a "frontalidade desconcertante" que caracterizava o economista.

"Era uma pessoa polémica, controversa, mas eu apreciava muito nele, mesmo quando dele discordava, o facto de ser uma pessoa de convicções e que assumia convicções com muita frontalidade, com muita coragem, sem medo", referiu, considerando que Portugal precisa de pessoas que "tenham a coragem e a frontalidade de assumir convicções".

Marcelo Rebelo de Sousa, também antigo líder social-democrata, falou de António Borges como "um homem excepcional" e um "grande professor em Portugal e lá fora", que se achava um "homem de missão".

"Quando abraçava uma causa era frontalíssimo na defesa das suas opiniões, isso chocava muita gente, não tinha meias opiniões", sublinhou.

O antigo Presidente da República Ramalho Eanes lembrou ainda a "ação cívica e política" desenvolvida, considerando que "Portugal perde um dos seus melhores homens contemporâneos".

O antigo ministro das Finanças Miguel Beza falou também da "integridade absoluta" do "excelente economista" que era António Borges.

"Eu diria que um dos melhores economistas de Portugal e se calhar do mundo", sublinhou, confessando que embora nem sempre partilhasse das suas opiniões, como a descida dos salários defendida por António Borges, "ele tinha na maior parte das vezes razão".

Entre as personalidades presentes na missa realizada na Basílica da Estrela estavam o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho e a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, que se escusaram a prestar declarações à comunicação social.

O ministro da Presidência, Luís Marques Guedes, e o secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Carlos Moedas, foram outros dos membros do Governo presentes.

A antiga líder social-democrata e ex-ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, os deputados sociais-democratas Miguel Frasquilho, Guilherme Silva e Teresa Leal Coelho, os antigos ministros Leonor Beza, Bagão Félix, Roberto Carneiro e Luís Filipe Pereira e os empresários Belmiro de Azevedo e Alexandre Relvas foram outras das personalidades que se deslocaram à Basílica da Estrela. – Fonte: PSD e Lusa



Primeiro-Ministro

## Delegação de competências no vice-Primeiro-Ministro

O gabinete do Primeiro-Ministro, em resposta a questões levantadas pela agência “Lusa”, na sequência da publicação, em Diário da República, da nova lei orgânica do Governo, que atribui a tutela da AICEP à Presidência do Conselho de Ministros, mantém a gestão do QREN nas mãos do ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, mas não especifica como será estabelecida a coordenação das políticas económicas pelo vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, informou que o Primeiro-Ministro irá proceder “em tempo oportuno”, por despacho, à delegação de competências, conforme prevê a lei orgânica do Governo hoje publicada.

A 22 de Julho, o primeiro-ministro afirmou que Paulo Portas iria ter um papel nas relações com a ‘troika’ enquanto vice-Primeiro-Ministro (cargo no qual foi empossado a 24 de Julho), mas sem se sobrepor às “competências próprias” da ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque.

Na ocasião, Passos Coelho afirmou que as competências de Paulo Portas nessa nova qualidade, acordadas entre PSD e CDS-PP “por delegação de competências do Primeiro-Ministro, o senhor vice-Primeiro-Ministro ficará com intervenção na área da coordenação económica” e “não deixará de ter um papel de articulação e de coordenação das nossas relações com a ‘troika’ de credores de Portugal, composta por Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

Em seguida, o chefe do executivo PSD/CDS-PP ressaltou que esse papel de Paulo Portas nas relações com a ‘troika’, “evidentemente, não se sobrepõe às competências próprias que a senhor ministra de Estado e das Finanças tem nessa matéria”.

“Tal como eu como primeiro-ministro fazia essa coordenação, agora o doutor Paulo Portas, por delegação de competências do Primeiro-Ministro, fará esse acompanhamento e essa coordenação. E terá ainda a oportunidade de acompanhar as orientações para a reforma do Estado”, completou.

Na lei orgânica hoje publicada, refere-se que o Ministério das Finanças “coordena a execução do memorando de entendimento com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu”.

A mesma lei refere que “a estrutura de missão para o acompanhamento da execução do memorando de entendimento com a UE, FMI e BCE fica na dependência do Primeiro-Ministro”, logo é das competências delegáveis.

De acordo com a lei, “o Primeiro-Ministro pode delegar em qualquer membro do Governo, com faculdade de subdelegação, a competência relativa aos serviços, organismos e entidades dele dependentes, bem como a que legalmente lhe seja cometida no domínio dos assuntos correntes da Administração Pública”.



Fonte: Lusa

## Daniel Rodrigues é um “candidato de excelência” para a Lousã

No dia 18 do mês passado foi apresentada publicamente, com a presença do Secretário-Geral Nacional Matos Rosa, a candidatura de coligação liderada por Daniel Rodrigues.

Em breves palavras, Matos Rosa afirmou que Daniel Rodrigues era um candidato de excelência, um homem atento e dedicado, que segue de perto e está sempre em contacto com as necessidades e anseios das pessoas.

Por seu lado, Daniel Rodrigues resumiu os objectivos da sua candidatura, uma candidatura de serviço à comunidade, voltada para a mudança, com as pessoas em primeiro lugar.

O candidato afirmou, depois à PSD-TV que a sua equipa era do melhor que se pode desejar e que, juntamente com o seu programa e as suas opções de trabalho, que eram quotidianamente comunicadas aos munícipes, num trabalho de proximidade dedicado, sentia que a vitória eleitoral estava ao seu alcance e tinha nisso a maior confiança. – Fonte: Audiovisuais PSD





## Na Festa do Pontal

# “Nunca estivemos tão próximos de reconquistar a nossa total soberania”

A Festa do Pontal, a primeira iniciativa da ‘rentrée’ do PSD, regressou este ano à rua e ao calçadão de Quarteira, no Algarve, e contou com a primeira intervenção do Presidente do PSD (e Primeiro-Ministro) depois das suas breves férias.

Há um ano, Pedro Passos Coelho virou o discurso para o futuro, lembrando que “...queremos construir uma sociedade mais próspera, mais desenvolvida. Nós queremos que o Produto Interno Português cresça e não que encolha como tem acontecido. E por isso quero reafirmar aos portugueses, se o ano que estamos a viver ainda é um ano de contracção da actividade, em que empresas estão a fechar portas e em que o desemprego não conseguiu ser contido, o ano de 2013 será um ano de estabilização e preparação para 2014, ano decisivo para o futuro de Portugal”, disse então Passos Coelho.

Este ano, o discurso do presidente do PSD também não passou ao lado da situação económica, depois do INE ter divulgado na quarta-feira que o Produto Interno Bruto português cresceu 1,1% no segundo trimestre, face ao trimestre anterior, interrompendo um movimento de queda que dura desde os últimos três meses de 2010, embora continue a cair em termos homólogos (registou uma quebra de 2% face ao segundo trimestre do ano passado).

A Festa do Pontal de 2013 marcou também o regresso da iniciativa ao calçadão de Quarteira, em Loulé, junto à praia, depois de no ano passado o PSD ter optado por ir para um salão de um parque aquático, a poucos quilómetros de distância.

Na altura, os sociais-democratas justificaram a mudança com “motivos de ordem financeira e logística” e também porque não queriam os residentes e turistas de uma das zonas mais movimentadas de Quarteira.

A estreia de Pedro Passos Coelho enquanto líder do PSD aconteceu em 2010, depois de nas duas edições anteriores a então presidente do partido, Manuela Ferreira Leite, não ter comparecido.

Em 2011, foi também já como primeiro-ministro que o líder social-democrata discursou no Pontal, algo que não acontecia desde a década de 1990, com Cavaco Silva.

A primeira edição da festa foi em 1976, na zona verde do Pontal, junto à Ria Formosa, e chegou a contar por duas vezes com a presença de Sá Carneiro, lembrou à Lusa o deputado algarvio do PSD Mendes Bota.

Após um interregno de sete anos, a festa foi retomada em 2005 por Mendes Bota, na baixa de Faro.

No ano seguinte, o convívio social-democrata passou para a marginal de Quarteira, onde se realizará agora pelo sétimo ano, depois do interregno de 2012, quando aconteceu no recinto fechado.

Além de Passos Coelho, estiveram também presentes os vice-presidentes do PSD Marco António Costa (ex-secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, agora coordenador da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido) e Jorge Moreira da Silva (ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia), que anteriormente desempenhava aquelas funções.

O Primeiro-Ministro, na sua alocução, proferida de improviso, congratulou-se com o desempenho da economia portuguesa no segundo trimestre, que mostrou que se está “no rumo certo”, mas avisou que “...o fim da crise não pode ser tomado como garantido”.

“Ninguém tome por adquirido que a crise acabou”, alertou Passos Coelho, depois de lembrar que existem ainda “riscos significativos” para o País, nomeadamente ao nível do comportamento da economia europeia.

Numa intervenção muito marcada pela economia, na festa social-democrata do Pedro Passos Coelho começou,



contudo, por se congratular com o desempenho registado pela economia portuguesa no segundo trimestre do ano, com o crescimento de 1,1% do Produto Interno Bruto face aos primeiros três meses do ano.

“Tivemos capacidade de manter o rumo que nos trouxe até aqui”, sublinhou.

Admitindo que o caminho que é preciso percorrer “não é isento de riscos”, Pedro Passos Coelho isolou “os riscos constitucionais”, reconhecendo que “esses riscos existem”.

“Eu tenho de ser transparente, eu não posso garantir que não haja do ponto de vista constitucional riscos que não se possam materializar. Se eles se materializarem alguns dos resultados que conseguimos até hoje poderão estar em causa e poderemos andar para trás”, disse.

Passos Coelho, falava três dias depois de o Presidente

da República ter enviado para o Tribunal Constitucional para fiscalização preventiva, o diploma do Governo sobre a requalificação da função pública, lembrou que no passado os juízes do Palácio Ratton, reprovaram medidas propostas pelo executivo, o que obrigou a aumentar impostos.

“Já no passado alguns desses riscos se materializaram e não foi fácil ultrapassá-los, obrigou-nos a aumentar os impostos que era uma opção que não queríamos tomar”, recordou.

Em outros casos, continuou, o Governo foi obrigado “a fazer um processo acelerado e concentrado de redução de efectivos ao nível da administração”.

Passos Coelho sublinhou que, ao contrário das empresas onde é possível negociar salários quando não existe dinheiro para os pagar, no Estado essa hipótese não se



coloca por imperativos constitucionais.

“Então, tem de lançar outro tipo de políticas e nós estamos a prepará-las”, referiu, salientando que essas soluções não eram nem a primeira, nem a segunda opção do executivo, “mas têm de ser prosseguidas”.

“Se algumas destas medidas tiverem contingências constitucionais que se venham a materializar, não será fácil ultrapassar esta situação”, admitiu, enfatizando que “qualquer decisão constitucional não afectará simplesmente o Governo, afectará o país”.

Sobre as eleições autárquicas, o líder do PSD apontou hoje a vitória nas eleições autárquicas como a “fasquia” e o “objectivo” do Partido, mas assegurou que o resultado nas urnas não irá ter nenhuma consequência política nacional.

“Nenhuma instabilidade governativa resultará destas eleições autárquicas. Quero dizê-lo com todas as letras. Nenhuma consequência política nacional advirá do resultado das eleições autárquicas”, afirmou o chefe do executivo e líder do PSD. Considerando que “são coisas inteiramente diferentes”, Passos Coelho disse, contudo, de forma clara que “o designio é ganhar as eleições autárquicas” e manter a presidência da associação nacional de municípios.

“Essa é a nossa fasquia, é o nosso objectivo”, salientou, admitindo que encara as eleições autárquicas de 29 de Setembro com “muita confiança”.

Porém, qualquer que seja o resultado “não haverá estados de alma dentro do Governo” quanto ao trabalho que tem de ser feito.

O Primeiro-Ministro classificou na sexta-feira à noite o último ano como “verdadeiramente terrível”, considerando que neste “ano novo” não existirão maiores dificuldades do que aquelas que aconteceram.

“Foi um ano verdadeiramente terrível”, desabafou Pedro Passos Coelho, e recordando as negociações constantes com a ‘troika’ dos últimos dois anos e outros “imprevistos”, o chefe do executivo utilizou um ditado popular para classificar as dificuldades que passou.

“Quem, como se costuma dizer, comeu o pão que o diabo amassou, quem teve de refazer quantas vezes as contas de maneira a conseguir chegar ao mesmo objectivo, quando imprevistos aconteceram, quando decisões nos obrigaram a ir noutro sentido, e eu passei por tudo isso, tenho consciência de que muitos dos que aqui estão passaram por tudo isso, pois foram os portugueses que passaram por tudo isso”, afirmou.

“Quando olhamos para trás, há duas coisas que me apetece dizer neste ano novo que começa: mais dificuldades do que aquelas que tivemos, com certeza que já não vamos ter; a segunda é que nunca estivemos tão próximos de chegar ao nosso objectivo, concluir o programa de assistência financeira, e reconquistar a nossa total soberania.”

## Marco António Costa no Pontal

O vice-presidente do PSD Marco António Costa criticou, no seu discurso, o “azedume” com que a oposição, nomeadamente o PS, reagiu aos resultados

positivos para a economia portuguesa, anunciados pelo Eurostat e pelo Instituto Nacional de Estatística.

O dirigente social-democrata disse que, na última semana, foram conhecidos resultados que “são sinais importantes” e que “apontam para uma quebra no desemprego e para uma recuperação económica”, dos quais o PSD e o Governo se “orgulham” e que são fruto do “esforço dos portugueses”.

“Mas a oposição não reagiu de forma positiva”, lamentou Marco António Costa, que disse ter ficado “triste” com o “azedume da oposição”.

Marco António Costa recordou o discurso do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, há um ano no Pontal, “quando disse que o ano de 2013 iria ser de recuperação económica”, suscitando críticas de vários quadrantes políticos.

“Estes resultados não são bons para o PSD e para o Governo, são bons para os portugueses e são fruto do seu trabalho colectivo”, afirmou, lamentando que tenham sido “desvalorizados por toda a oposição”.

Marco António Costa criticou ainda a recusa do PS em dialogar com o Governo para encontrar soluções de médio e longo prazo para Portugal, o que disse demonstrar



“a insegurança” do partido.

“Esta fobia ao diálogo tem uma razão, que é disfarçar a insegurança que o PS tem em sentar-se à mesa e encontrar caminhos no diálogo”, disse.

Marco António Costa, que subiu ao palco instalado no calçadão de Quarteira, concelho de Loulé, imediatamente antes de Pedro Passos Coelho, falou sobre as próximas eleições autárquicas, considerando que a “impugnação de candidatos do PSD e da CDU promovida pelo Bloco de Esquerda” é um “bloqueio a candidaturas livres”, feito com um “trabalho organizado”, que não vai colher nos tribunais superiores.

“O Tribunal Constitucional não vai dar razão a esta atitude de bloqueio por parte do BE”, afirmou o dirigente do PSD.

Marco António Costa frisou que em causa estão candidatos do PSD e do CDS-PP, partido que, à semelhança do que acontece no Governo, participa em algumas ligações com os sociais-democratas, como na candidatura de Fernando Seara à Câmara de Lisboa ou na de Rogério Bacalhau à Câmara de Faro, mas também da CDU.

O social-democrata referiu-se também ao PS como tendo alguns candidatos a juntas de freguesia nas mesmas condições.

Para o dirigente partidário, o facto de estas três forças políticas apresentarem às eleições autárquicas de 29 de Setembro autarcas em limite de mandato significa que

a legislação não se aplica a autarcas que concorram a outras autarquias ou freguesias.

Referindo-se à eventual reprovação Tribunal Constitucional a medidas propostas pelo Governo, considerou que alguns dos resultados já alcançados poderão ser postos em causa e se poderá “andar para trás”. Fontes: Lusa e Audiovisuais do PSD





# Primeiro-Ministro em Bragança e na zona de incêndios no Norte

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, participou na semana passada, na inauguração dos novos edifícios da Câmara de Bragança.

O Primeiro-Ministro regressou hoje a Bragança, depois de aqui ter estado no dia 1 de Junho para presidir à cerimónia de entrega da obra da barragem de Veiguinhas.

Desta vez, Passos Coelho regressou para inaugurar o resultado do investimento de 12,3 milhões de euros na reabilitação do antigo edifício dos Passos do Concelho, e construção de novos edifícios, que foram palco da festa com almoço gratuito para a população, convidada nos últimos dias pela autarquia, a participar no acontecimento e aqui estiveram mais de 2.000 munícipes.

O Primeiro-Ministro discursou no novo largo do município, para muitas centenas de pessoas e o presidente da Câmara de Bragança, Jorge Nunes, aproveitou a ocasião para fazer agradecimentos públicos e o balanço de 16 anos de gestão autárquica, durante os quais, garantiu, "O Concelho evoluiu muito e para melhor!" disse.

Pedro Passos Coelho, visitou a zona de fogos na Serra do Caramulo, distrito de Viseu, enaltecendo o trabalho excepcional que os bombeiros vêm desenvolvendo no combate aos incêndios que têm assolado o país nos últimos dias.

"Quero enaltecer o trabalho que todos os bombeiros têm vindo a realizar e que tem sido extraordinário, assim como todo o trabalho de coordenação e planeamento, seja por parte dos bombeiros, protecção civil, câmaras e juntas de freguesias que têm estado muito envolvidas", sustentou.

No final de uma conversa com os elementos presentes no posto de comando, montado no posto de vigia da Serra do Caramulo, o Primeiro-Ministro lamentou mais uma baixa nos "soldados da Paz", a morte da jovem bombeira de 21 anos, que durante a manhã perdeu a vida no combate ao incêndio que deflagrou em Muna, na freguesia de Santiago de Besteiros, concelho de Tondela.

"É outra situação trágica, que traz sempre um peso, mesmo do ponto de vista psicológico para todos aqueles que estão a dar o seu melhor no combate aos incêndios", disse.

Passos Coelho sublinhou ainda que a Serra do Caramulo tem sido "realmente muito azarada" devido a sequência de incêndios que se têm registado.



"O que está agora a lavrar teve uma progressão extremamente rápida, em consequência sobretudo de circunstâncias muito especiais que têm a ver com a particularidade dos ventos que se mostraram bastante adversos à actividade dos bombeiros", apontou.

O chefe do Governo frisou ainda que os meios que têm sido alocados para esta situação são mais do que vulgares, não podendo atribuir-se a sua progressão à falta de meios.

"Este incêndio em particular teve origem numa intervenção de alguém que voluntária ou involuntariamente, provocou o incidente inicial", acrescentou, aproveitando a ocasião para apelar as pessoas a terem mais cuidado de forma a "evitarem situações desta natureza".

Apontou ainda o número elevado de deteções de incendiários que se têm vindo a registar, esperando que venham a desincentivar comportamentos criminosos,

que têm estado na origem de muitas ignições em simultâneo.

Passos Coelho disse que, apesar de ainda não ter havido situações tão nefastas como no ano passado, dando como exemplo o caso do Algarve, se dará resposta se algo semelhante vier a acontecer.

"Se uma situação muito especial ocorrer, é evidente que não poderemos deixar de estar atentos e, se for necessário, acrescentar alguma decisão às que já tomamos", concluiu.

No local esteve também o ministro da administração Interna, Miguel Macedo, que avançou um reforço dos meios pesados, na sexta-feira, à semelhança do que aconteceu no fim-de-semana.

Miguel Macedo destacou o esforço que os bombeiros vêm fazendo, admitindo um evidente desgaste do dispositivo que tem milhares de homens empenhados em todo o país.







## Os incêndios em foco, numa visita à Autoridade Nacional de Protecção Civil

Antes de partir para esta breve visita ao Norte, Pedro Passos Coelho esteve no dia 27 na Autoridade Nacional de Protecção Civil, em Lisboa, para ser informado do ponto de situação dos incêndios em Portugal, e assegurou que os meios dedicados ao combate aos incêndios são os adequados, lamentando a morte (até à altura) registada, de quatro bombeiros, manifestando a sua solidariedade com as famílias das vítimas.

Em declarações aos jornalistas, no final da visita, Passos Coelho deixou a garantia de que, apesar das dificuldades financeiras, os meios no terreno “serão sempre os considerados adequados”.

“Vivemos tempos de dificuldades financeiras graves, mas isso não impediu que se mantivesse todo o esforço de despesa orçamental que foi feito em anos anteriores no combate aos incêndios. Nós não aliviámos nem nos descuidámos nos meios que estão disponíveis para intervenção no terreno”, assegurou Passos Coelho.

Deu como exemplo o facto de, em sede de Conselho de Ministros, terem sido aprovadas resoluções que disponibilizam os meios para substituir equipamentos que já não estavam operacionais.

“Podia perfeitamente ter acontecido, por insuficiência de disponibilidade financeira, que esses meios não tivessem sido substituídos, por contenção orçamental, mas não foi isso que aconteceu, e apesar de sabermos que temos dificuldades financeiras, os meios que foram considerados adequados foram devidamente financiados”, defendeu.

O Primeiro-Ministro apontou, por outro lado, que, apesar das dificuldades das duas últimas semanas, o País não atravessa uma situação mais difícil do que em

anos anteriores.

Passos Coelho admitiu, por outro lado, que possa vir a ser necessário apurar melhor os esforços que devem ser feitos, principalmente em matéria de prevenção, não esquecendo que agora é o momento de “acudir às ocorrências”.

“Apesar do planeamento que é feito, é sempre muito difícil fazer um acerto total quanto ao que podem ser as necessidades de emprego de meios para o resto do período”, sublinhou.

O chefe do Governo aproveitou para salientar o “enorme profissionalismo” da Protecção Civil no combate aos incêndios, fazendo um “reconhecimento muito especial pela forma muito profissional como os bombeiros têm feito o combate”.

Passos Coelho lembrou os vários bombeiros feridos no combate às chamas que continuam internados e outros quatro que morreram entretanto.

“Sabemos que estas situações podem sempre ocorrer, são normalmente trágicas e de lamentar. Não posso deixar de mostrar nesta ocasião enorme solidariedade pelo trabalho que foi feito por estes bombeiros que corajosamente dedicaram a sua vida ao combate ao fogo e a perderam”, disse Passos Coelho.

Por outro lado, em relação aos que continuam hospitalizados, desejou “a recuperação melhor que se pode vaticinar”.

Questionado sobre o motivo de só agora fazer uma declaração pública sobre os bombeiros falecidos, o primeiro-ministro defendeu que esta era a altura ideal devido ao elevado número de incêndios activos no país.

“O Governo sempre acompanhou estas situações através do ministro da Administração Interna e portanto o Primeiro-Ministro não tem de andar a correr a manifestar-se sobre estas matérias. Faz quando é necessário e hoje entendeu ser necessário fazê-lo”, respondeu.

Passos Coelho aconselhou “cuidado” quando se relaciona a morte dos quatro bombeiros com falhas no

comando ou ao nível da prevenção, alertando que a perda de vidas pode prestar-se a “conclusões precipitadas”.

## Comentários sobre a situação na Síria

Já no fim desta visita os jornalistas presentes pediram ao Primeiro-Ministro um comentário sobre a situação na Síria e Passos Coelho afirmou hoje que Portugal tem acompanhado a situação na Síria “com muito cuidado” e assegurou que o País “não está distraído”, remetendo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros mais esclarecimentos sobre o assunto.

“Portugal como País que aposta no multilateralismo tem acompanhado a situação na Síria com muito cuidado juntamente com os seus parceiros e não está distraído nessa matéria”, garantiu Passos Coelho.

Entretanto, um comunicado enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros indica que o Governo português “reitera a sua veemente condenação dos recentes ataques com armas químicas nos arredores de Damasco, que causaram inúmeras vítimas civis, agravando seriamente a dramática situação humanitária da Síria”.

A “utilização de armas químicas é inaceitável, representa uma grave violação do direito internacional e constitui um crime hediondo”, acrescenta a mesma nota.

O Governo português “exige do Governo de Damasco que seja concedido à equipa de investigadores das Nações Unidas acesso irrestrito e seguro aos locais dos alegados ataques por forma a ser conduzida uma investigação profunda e apuradas responsabilidades”. Garante ainda que está a acompanhar - em “estreita articulação com os seus parceiros e aliados” - a situação nas diferentes instâncias internacionais, tendo o MNE estabelecido nomeadamente contacto com o secretário-geral da Liga Árabe a propósito da reunião de emergência hoje convocada por essa organização. - Fonte: Lusa



# Conselho de Ministros de 29 de Agosto de 2013



1. O Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos do processo de privatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos.

O caderno de encargos estabelece os termos e condições da venda directa de referência, relativa à alienação, mediante uma ou mais operações, de acções das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., ou da sociedade ou sociedades que detenham, directa ou indirectamente, a totalidade ou parte dos respectivos activos, representativas de até 100% do respectivo capital social.

No âmbito do processo de alienação do capital social daquelas empresas seguradoras, é realizada a oferta pública de venda de acções destinada aos trabalhadores, a qual tem por objecto um lote de até 5% do capital social da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., ou da sociedade que lhe suceda, total ou parcialmente.

A resolução agora aprovada inclui ainda a constituição da comissão especial de acompanhamento, ao abrigo da faculdade prevista na lei-quadro das privatizações. Desta forma, e à semelhança dos anteriores processos de privatização o Governo reforça o compromisso com os princípios de rigor, transparência e defesa do interesse público que tem seguido nos anteriores processos de privatização.

2. O Conselho de Ministros aprovou um procedimento extraordinário de realização do estágio e do exame para o acesso à actividade de administrador judicial.

Atendendo a que o estatuto dos administradores judiciais comete o recrutamento de novos administradores judiciais a uma entidade cujo regime legal se encontra ainda em fase de aprovação na Assembleia da República, encarrega-se, a título excepcional e transitório, o Centro de Estudos Judiciários da promoção urgente das diligências necessárias para possibilitar que os interessados possam obter formação adequada que os habilite ao exercício da actividade de administrador judicial.

Esta decisão decorre do especial acompanhamento que tem vindo a ser realizado sobre os processos de insolvência e recuperação de empresas e sobre os processos especiais de revitalização.

Face a esta situação, entendeu o Governo ser urgente a realização de um conjunto de acções capazes de dotar o sistema, de forma célere, de profissionais com formação específica orientada para a recuperação de empresas sempre que a mesma seja possível, e para a tramitação célere e eficaz dos processos de insolvência, dando-se, assim, continuidade à orientação política já preconizada nesta matéria, seja na alteração do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), seja no regime contido no novo estatuto dos administradores judiciais.

3. O Conselho de Ministros aprovou um regime excepcional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respectivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal.

O Governo considera que estes homens e mulheres são essenciais no combate aos incêndios florestais nesta fase mais crítica da época de incêndios e que este interesse se sobrepõe às obrigações funcionais normais do serviço público.

4. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo uma directiva comunitária (a directiva-quadro «Estratégia marinha»), que estabelece o quadro de acção no domínio da política para o meio marinho.

Nesse sentido, é aditada a definição de convenção marinha regional e são explicitadas as obrigações do Estado Português em sede de reporte de informação e no domínio da adopção de planos de acção, sempre que o estado crítico do mar exija uma intervenção urgente numa região ou sub-região marinha partilhada com outros Estados membros.

5. O Conselho de Ministros delegou no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para executar os actos necessários a realização da despesa, já autorizada, com a aquisição de serviços de remoção de resíduos perigosos depositados nas escombrelas das antigas minas de carvão de São Pedro da Cova, em Gondomar. Esta autorização inclui a despesa relativa ao encaminhamento dos resíduos perigosos para o destino final adequado às características dos mesmos.

6. O Conselho de Ministros aprovou as nomeações do director clínico na área hospitalar, do director clínico na área dos cuidados de saúde primários e de um vogal executivo para o conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.

Estas nomeações decorrem da vacatura dos lugares de vogal executivo e de director clínico na área hospitalar do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E., bem como da necessidade de nomear o director clínico na área dos cuidados primários.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações. – Gab. C. M<sup>os</sup>.



# Taxa de desemprego desce pelo terceiro mês consecutivo

Em comunicado oficial, o Partido Social Democrata regista e sublinha os números divulgados no dia 30 pelo Eurostat, relativos ao desemprego. Segundo o gabinete estatístico da União Europeia, que reviu em baixa em 0,7% a taxa de desemprego verificada no mês de Junho em Portugal – de 17,6% para 16,7% –, no mês de Julho verificou-se um novo recuo para os 16,5%, o que faz com que Portugal deixe de ser o terceiro país da União com uma taxa mais elevada e passe a ser o quinto.

São sinais positivos que se vêm somar a outros já divulgados relativos ao crescimento do Produto, à produção industrial, ao crescimento das exportações e à confiança dos produtores e consumidores.

Não se podem ignorar estes sinais, mas continuamos a manter uma elevada preocupação com a taxa de desemprego. Portugal deverá manter uma política de grande rigor no controle e redução da despesa pública e uma reforçada aposta nas medidas de apoio ao crescimento.

A dinâmica da economia induzida pela capacidade exportadora das empresas portuguesas não pode ser prejudicada por um peso da despesa pública que atrase ou impeça este processo de crescimento.

O PSD vê, pois, com enorme preocupação o facto de mais uma vez uma decisão do Tribunal Constitucional vir atrasar e dificultar um processo de reforma da Administração Pública que visa a sua requalificação, racionalização e qualidade de serviço prestado aos cidadãos, bem como potenciar uma redução sustentada da despesa do Estado. A recuperação da economia e a geração de emprego será seguramente mais rápida com um Estado menos oneroso para os portugueses.

O PSD entende que este conjunto de sinais positivos deveria constituir um estímulo para que o principal partido da oposição abandone a sua postura negativa relativamente ao diálogo com o PSD e o Governo no sentido da resolução dos graves problemas que criaram ao país no tempo da sua governação. É tempo, agora, de o PS começar a fazer parte da solução em vez de se posicionar sempre do lado do problema. E é esse o nosso apelo. – CPN/PSD

## Convenção Autárquica Nacional no Porto, no dia 7 de Setembro

O porta-voz do PSD, Marco António Costa, anunciou a realização de uma convenção autárquica nacional no Porto, dia 7 de Setembro, divulgando ainda o envolvimento activo de quatro ex-líderes na campanha para as próximas eleições autárquicas.

Em entrevista à agência Lusa, Marco António Costa reafirmou o objectivo do PSD para próximas autárquicas – já traçado por Pedro Passos Coelho na Festa do Pontal, na sexta-feira – que passa pelo partido vencer estas eleições.

O coordenador da comissão política nacional do PSD avançou ainda a realização, no Porto, de uma convenção autárquica nacional do partido no próximo dia 7 de Setembro, estando prevista para o encerramento a presença do líder do PSD e Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Em declarações à Lusa, o presidente dos Autarcas Sociais-Democratas, Pedro Pinto, – estrutura responsável pela organização da convenção – explicou que este “encontro de candidatos reafirmará os princípios estratégicos para as autárquicas do PSD” e será “um momento de mobilização para um desafio grande e importante”.

Considerando que se entra agora numa fase de “envolvimento activo de todos os agentes políticos do PSD”, Marco António Costa sublinhou o “sinal de grandeza de espírito” por parte dos ex-líderes sociais-democratas terem aceite o convite para terem “uma agenda organizada e estabilizada para apoiarem candidatos autárquicos do PSD”.

Pedro Santana Lopes, Marcelo Rebelo de Sousa, Manuela Ferreira Leite e Marques Mendes estarão assim no terreno a dar um contributo nesta campanha autárquica.

O porta-voz do PSD sublinhou ainda o envolvimento de Pinto Balsemão, militante número um do PSD, que está associado à candidatura de Cascais, sendo o mandatário da lista encabeçada por Carlos Carreiras.

Interrogado sobre se teme o voto de protesto no dia 29 de Setembro, Marco António Costa sublinhou a “enorme destrição dos portugueses naquilo que são as suas opções eleitorais”.

“No mesmo dia, para o mesmo concelho, é possível encontrar cidadãos que votam em partidos diferentes para a Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal e para as juntas de Freguesia. As pessoas escolhem de acordo com aquela que é sua confiança nos candidatos e nos projectos apresentados”, justificou.

Admitindo que possa haver casos em haja “uma ligeira influência ou um qualquer sentimento de contágio”, o social-democrata reiterou que “o que está em causa é uma eleição local”.

“Os órgãos nacionais do partido são os primeiros responsáveis pelos resultados que vierem a ser obtidos, como ontem disse o presidente do partido mas não podemos nem devemos deixar de olhar para as coisas como elas são e o que está em causa é a escolha de líderes e projectos locais”, enfatizou.



# Declaração à Imprensa do vice-Presidente Pedro Pinto

No dia 14 de Agosto, na sede nacional do PSD, em Lisboa, o PSD, através de comunicado à Informação, veiculado pelo vice-Presidente da CPN, Pedro Pinto, defendeu hoje que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aliado à descida do desemprego, demonstra que o esforço dos portugueses não é em vão, ressaltando que uma "linha governativa de grande exigência" deve ser mantida.

"São notícias de estímulo para Portugal e para os portugueses que, tão empenhadamente e com tantos sacrifícios, nos últimos dois anos, trabalharam para ultrapassar a difícil situação económica e social do país. Este esforço colectivo dos portugueses não é, pois, em vão", afirmou o vice-presidente do PSD Pedro Pinto.

Pedro Pinto, não deixou que uma falsa euforia pudesse ser lida na declaração e disse "... Portugal terá de manter uma linha governativa de grande exigência, uma vez que a crise em que encontrámos o país em 2011 extremamente grave e profunda e não se resolve da noite para o dia", declarou e embora o PIB português tenha crescido 1,1% no segundo trimestre, face ao trimestre anterior, interrompendo um movimento de queda que dura desde os últimos três meses de 2010, ele ainda não é positivo em termos homólogos, segundo os números do INE.

## Texto integral da declaração de Pedro Pinto

«O Partido Social Democrata congratula-se com o facto de os números oficiais hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística confirmarem um crescimento da economia no segundo trimestre do corrente ano de 1,1%, bastante superior a todas as previsões conhecidas. Um resultado do Produto Interno Bruto que supera assim todas as melhores expectativas.

Estes dados confirmam que, neste momento, Portugal é uma das economias com melhor desempenho no espaço europeu, facto que é tanto mais importante quanto é a primeira vez que tal acontece após dez trimestres consecutivos de contracção económica, uma recessão iniciada na vigência do Governo anterior.

«Nas últimas semanas várias instituições, desde a Universidade Católica, passando por gabinetes de pesquisa económica de bancos nacionais e estrangeiros, tinham previsto esta evolução positiva, sendo que a mais positiva entre elas apontava para um crescimento



do Produto de 0,6%. Foi ainda melhor: com o contributo expressivo das exportações, acabou por ser de 1,1%, quase o dobro da melhor previsão.

«O recuo, também recentemente anunciado, da taxa de desemprego para 16,4%, no segundo trimestre, que comparado com os 17,7% do trimestre anterior, representa uma descida significativa do desemprego e o retorno ao mercado de trabalho de dezenas de milhares de pessoas.

«É a primeira vez em dois anos que a taxa de desemprego diminui. Apesar de se prever ainda o crescimento da taxa média anual do desemprego, não podemos ignorar nem desvalorizar os aspectos positivos destes números e a sua importância económica e social.

«Estes dados sobre o crescimento económico e a descida da taxa de desemprego no segundo trimestre somam-se aos já anunciados números do aumento da produção industrial, da confiança dos produtores e consumidores e do crescimento das exportações.

«São notícias de estímulo para Portugal e para os portugueses que, tão empenhadamente e com tantos sacrifícios, nos últimos dois anos, trabalharam para

ultrapassar a difícil situação económica e social do país. Este esforço colectivo dos portugueses não é, pois, em vão. Significa, sem margem para dúvidas, que o caminho que temos percorrido em termos de política económica é o correcto e está a dar os seus primeiros resultados.

«Não se podem ignorar, nem deixar de considerar altamente positivos, estes dados. Contudo, Portugal terá de manter uma linha governativa de grande exigência, uma vez que a crise em que encontrámos o país em 2011 era profunda e não se resolve da noite para o dia. Os esforços realizados nos últimos dois anos tornam claro que é possível construir um Portugal com futuro sustentável.

«Sabemos que é necessário continuar os esforços no sentido do saneamento das contas públicas, da aposta no investimento produtivo e no crescimento económico.

«Mas face aos últimos números temos a certeza: estamos a resolver os problemas!»

PSD



# Duarte Pacheco comenta execução orçamental

O PSD congratulou-se com o facto da execução orçamental estar a decorrer como planeado, considerando que o défice até Julho, transmite a convicção que a meta fixada para o final do ano será cumprida.

“A execução orçamental está a decorrer conforme o planeado, o défice dos primeiros sete meses do ano transmite a convicção que a meta fixada pela ‘troika’ para o terceiro trimestre será respeitada e, se expurgarmos as receitas extraordinárias ocorridas em 2012, há mesmo uma melhoria em cerca de 480 milhões de euros do défice do Estado”, afirmou o deputado do PSD Duarte Pacheco, numa reacção à síntese de execução orçamental de Julho, publicada pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

Duarte Pacheco, que falava aos jornalistas na sede nacional do PSD, atribuiu este resultado ao aumento da receita fiscal, que está acima do orçamentado, e ao facto da despesa total do estar a subir abaixo do previsto no Orçamento.

“Este controle apertado da despesa é bem evidente na queda absoluta nos valores da despesa corrente”, sustentou, destacando as ‘rubricas’ da queda na aquisição de bens e serviços e a queda da despesa em salários da função pública.

O deputado social-democrata considerou, assim, que os resultados agora conhecidos permitem ter “a esperança que o Orçamento seja totalmente respeitado em termos de valor de défice no fim do ano”, apesar de todos os “riscos” que existem.

Questionado sobre o facto do défice da administração pública central estar acima dos cinco mil milhões de euros, Duarte Pacheco recordou que “a meta do défice para o terceiro trimestre negociado com a ‘troika’ é de 7,3 mil milhões”.

Ou seja, frisou, está-se na casa dos 5 mil milhões, “abaixo da meta para este trimestre”.

“Temos toda a convicção quer pelo comportamento positivo das receitas, quer pelo controlo apertado da despesa, que tem que se manter, que esta meta de 7,3 mil milhões acordada para o terceiro trimestre será respeitada”, acrescentou, insistindo, contudo, que “os riscos” e “as dificuldades existem”.

“Mas, a nossa convicção é que está perfeitamente controlado o valor acordado com a ‘troika’”, reiterou.

Segundo dados hoje divulgados pela DGO o défice da Administração Central até Julho deste ano registou uma melhoria de 486,2 milhões de euros face ao mesmo período de 2012, excluindo as operações extraordinárias registadas até Julho de 2012.

De acordo com a síntese de execução orçamental de Julho, publicada pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO), o saldo da Administração Central situou-se nos -5.520 milhões de euros, o que compara com um défice de 3.384,5 milhões verificados no mesmo período de 2012. No entanto, estes valores estão influenciados por operações de carácter extraordinário que ocorreram nos primeiros sete meses de 2012, e que impedem a comparabilidade entre os dois períodos.

Ainda de acordo com a DGO, o Estado arrecadou mais de 19 mil milhões de euros em impostos até Julho deste ano, um aumento de 7,6% face ao mesmo período de 2012 e acima da estimativa do Orçamento Rectificativo.

## PSD “não tem medo das próximas eleições”



O coordenador da comissão política nacional e porta-voz do PSD, Marco António Costa, que falava na apresentação das listas da coligação PSD-CDS/PP para a Câmara, Assembleia Municipal e juntas de freguesia de Vila Nova de Gaia, dia 2 de Agosto, afirmou que o PSD não tem medo das eleições autárquicas. “Há para aí umas pessoas e uns partidos que pensam que nós vamos para estas eleições encolhidos, com medo. Mas medo de quê? Que estas eleições são difíceis. Para quem? Para nós não. Para o PSD e para o CDS não são difíceis”, disse.

Marco António Costa realçou que “o Governo não decide livremente como quer, porque tem o memorando para cumprir”. “Se fôssemos ao estrangeiro, éramos vistos como gente sem palavra, incapaz de gerir os seus destinos, um povo irresponsável - e nós não temos culpa do que foi feito ao país” antes do actual governo tomar posse, há dois anos. Mas aqueles que nos levaram a esta situação no dia a seguir já queriam receber o dinheiro e rasgar o compromisso e as obrigações que tinham assumido. Há políticos no país que acham que os compromissos não são para ser cumpridos e que aquilo que se assina não é para ser honrado”.

“É por isso que vos quero dizer que nós não temos medo das próximas eleições”, que são para debater “os problemas locais”, acrescentou.

O PSD e o CDS vão “entrar nesta fase final da campanha autárquica com toda a sua força” e, insistiu, também “disponíveis para todos os combates de política nacional”. “Só há um requisito: que apresentem em membro do governo anterior para vir debater connosco que lá estaremos para debater com eles”.

O PSD vai para estas eleições “com a vontade que sempre: vencer”, terminou, mostrando-se convicto de que o candidato a Câmara de Gaia pela coligação PSD-CDS/PP, Carlos Abreu Amorim, “não tem adversários à altura”.



# Apresentação da candidatura de Pedro Pinto à Câmara de Sintra



O vice-Presidente da CPN do PSD, Pedro Pinto, apresentou publicamente a sua candidatura à presidência da Câmara de Sintra.

No sábado passado o auditório do Centro Cultural Olga Cadaval revelou-se pequeno para acolher a quantidade de apoiantes que fizeram questão de marcar presença.

Marco António Costa, Vice-Presidente, coordenador da Comissão Política Nacional e Porta-Voz do PSD, destacou a importância deste momento simbólico para todo o concelho, para todos os Sintrenses, tendo afirmado que «Esta sessão, que hoje aqui aconteceu é, sem dúvida, um momento de viragem desta Campanha, desta Candidatura, que no dia 29 somará mais uma vitória para o Partido Social Democrata no concelho de Sintra. O Pedro Pinto será um grande Presidente de Câmara e seguramente os Sintrenses sentirão um grande orgulho no futuro no trabalho que ele irá realizar».

O Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho esteve presente na apresentação e afirmou que a Coligação "Sintra Pode Mais" não poderia ter encontrado uma escolha mais feliz do que aquela que recaiu sobre Pedro Pinto, afirmando que «Ele representa alguém que veio do Coração do PSD, da história do PSD mas que tem a grande qualidade de alargar a sua intervenção política para além do partido que, de certa maneira, o marcou também».

Como município do Concelho de Sintra, Pedro Passos Coelho referiu que votar em Pedro Pinto no próximo dia 29 de Setembro, é votar para um melhor futuro de Sintra, dizendo que «O Pedro Pinto - e é a minha convicção - vai ser o próximo Presidente da Câmara de Sintra. Como morador de Massamá eu vou votar nele. E essa escolha não é uma escolha partidária. É a escolha consciente e cívica do que é melhor para Sintra».

Foi com um enorme aplauso da plateia que Pedro Pinto subiu ao palco...

O Candidato da Coligação entre o PSD, o CDS-PP e o Partido da Terra, começou por admitir que a melhoria da qualidade de vida de todos os Sintrenses, é a principal razão da sua candidatura: «A única razão pela qual me candidato à Câmara de Sintra é a firme convicção de que posso melhorar a qualidade de vida dos que aqui vivem, trabalham e nos visitam. É com a íntima convicção de que posso trabalhar pelas aspirações dos que sempre moraram aqui e dos que escolheram Sintra como terra prometida».

Ao PSD, Pedro Pinto salientou que o seu projecto político

para o município de Sintra está equiparado ao projecto do actual Governo e do seu modelo de futuro «É um modelo de verdade. É um modelo em que nós não prometemos aos portugueses quimeras, mas prometemos aos portugueses que vamos ser capazes e que vamos vencer».

Intervieram também nesta sessão pública, Hernâni Carvalho, Candidato à Assembleia Municipal, Fernando Seara, actual Presidente da Câmara de Sintra, António Monteiro e José Inácio Faria, em representação do CDS-PP e do MPT.

Maria Luís Albuquerque, Ministra de Estado e das Finanças, as Vice-Presidentes Teresa Leal Coelho e Nilza de Sena, Luís Montenegro, líder do Grupo Parlamentar, membros do Executivo, os ex-líderes social-democratas Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Marques Mendes, Hugo Soares, líder da JSD, Miguel Pinto Luz, Presidente da Distrital de Lisboa AM, Candidatos Autárquicos, Deputados à Assembleia da República e os onze candidatos às juntas de freguesia do Concelho também estiveram com Pedro Pinto, neste momento tão importante para os Sintrenses.

Audiovisuais PSD





# “Bem-querer a Abrantes” é o lema da campanha protagonizada por Elsa Vitório

No final da tarde do passado dia 28 de agosto, o Jardim do Alto de Santo António em Abrantes foi palco de um momento simbólico e muito importante para o município: a apresentação das candidaturas do PSD aos órgãos autárquicos ao Concelho.

Um grande número de abrantinos participou em mais uma sessão pública desta candidatura, encabeçada por Elza Vitório, que se apresenta com o lema “bem-querer a Abrantes”

Marco António Costa esteve presente, mostrando uma vez mais o apoio dos órgãos directivos nacionais social-democratas aos candidatos neste já tão próximo combate autárquico.

O Vice-Presidente e coordenador da Comissão Política Nacional referiu ao PSD que Elza Vitório representa para todos os abrantinos a esperança e a mudança já há muito procurada e não encontrada até agora.

«Ela simboliza» - disse - «uma história de vida assente na construção diária de esperança na vida dos outros e portanto é alguém que, ao longo da sua vida, serviu de forma exemplar todos aqueles que procuraram na sua pessoa um momento de viragem no rumo das suas vidas»

A candidata social-democrata afirmou que a experiência adquirida ao longo dos anos, tanto por si como pela equipa que protagoniza é fundamental para conquistar este grande desafio.

«Estamos aqui em estado de missão, propondo-nos a servir o Concelho de Abrantes, dando o nosso melhor. O saber que fomos adquirindo ao longo das nossas vidas, é o ingrediente fundamental para que nos sintamos capazes neste grande desafio»

Elza Vitório também destacou a certeza vivida por todos, que tudo será feito para a conquista de uma vitória eleitoral, lembrando que «O nosso querer é que façamos tudo; e que vamos fazer tudo para ganhar»

Ramiro Matos, Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Santarém, Margarida Togtema, Candidata à Assembleia Municipal, Manuela Ruivo, Líder do PSD de Abrantes e Candidata à União de Freguesias de Abrantes, João Leite e José Miguel Vitorino, Representantes da JSD Distrital e Local e os restantes sete candidatos às oito juntas de freguesia, também estiveram presentes na cerimónia.

Audiovisuais/PSD





Poiares Maduro em entrevista ao "SOL"

# "Se em Portugal há fadiga da austeridade, na Europa há fadiga da solidariedade"

Miguel Poiares Maduro, Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, deu uma entrevista a David Dinis, do Semanário "Sol", que desde o início mostrou que não se iria fugir aos temas mais controversais, uma entrevista "de mangas arregaçadas" e por exemplo, sobre os egrégios "SWAP", ficou logo esclarecido que, para Poiares Maduro, «A discussão sobre os SWAP, tem assentado no acessório e esquecido todo o essencial»

David Dinis lembra que o Governo não fechou o caso Pais Jorge, porque o seu julgamento final depende de ter havido, ou não, manipulação de documentos, e o Presidente da Aguas de Portugal fica no cargo. E pergunta: o secretário de Estado Joaquim Pais Jorge demitiu-se quarta-feira. A seu ver, ele tinha condições para se manter no cargo?

R - O secretário de Estado pediu a demissão e apresentou as suas razões. Há questões que foram suscitadas a esse respeito que me parecem particularmente graves e que levaram aliás a PGR a abrir um inquérito. A confirmarem-se as suspeitas, que resultam da comparação dos dois documentos, trata-se de matéria muito grave. Portanto, preferia esperar pela averiguação completa dessa matéria antes de fazer mais especulações sobre o caso.

P - Mas a questão que foi para o MP tem a ver com um documento forjado e não com a questão de fundo, que foi o papel desempenhado pelo secretário de Estado em reuniões com o gabinete do anterior PM.

R - Confundiram-se vários aspectos: que reuniões, para que temas? O documento em causa é um documento que é utilizado para o ligar a uma reunião específica, a reunião que seria problemática. A própria determinação da averiguação da veracidade do documento é extremamente importante a esse respeito. Mas acho que temos que esperar para apurar isso. Se se apurar que há uma falsidade nesses documentos, devemos todos ter algum tempo para reflectir plenamente sobre a forma como este assunto foi tratado. É necessário termos todos um pouco mais de tempo para reflectir plenamente sobre a cobertura mediática e o tratamento político deste tema. E temos que estar na posse de todos os dados para fazer essa avaliação.

P - Para si, neste momento, não é claro se Joaquim Pais Jorge esteve ou não em S. Bento?

R - A única indicação que temos sobre a participação na reunião em causa assenta num documento que me parece, no mínimo, muito problemático.

P - Na segunda-feira, o secretário de Estado disse à SIC ter estado em várias reuniões em S. Bento e no briefing de sexta tinha dito que aquele documento existia. A questão política é se o Governo (que levou à demissão de dois Secretários de Estado para não se envolver na polémica dos SWAP) está em condições de ter um outro secretário de Estado ligado



a esta polémica complicada?

R - Não quero continuar a alimentar uma discussão que, para mim, assenta no que é acessório. Colocaria até em causa essa apresentação dos factos, como a fez. Ele disse que existia o documento porque viu o documento, mas que não era o documento com o nome dele - e não tinha qualquer recordação de ter estado nessa reunião. Tenho vindo a argumentar que temos de ter uma cultura política mais saudável. A forma, por exemplo, como esta matéria dos "SWAP" tem vindo a ser tratada assenta muito no acessório e ainda não chegamos a discutir o que são estes instrumentos, quando são problemáticos e quando não são, como é que foi possível fazer SWAP altamente problemáticos, por empresas públicas; quais são os mecanismos de processo de decisão, de responsabilidade e controle que permitiram que isso fosse feito e o que podemos melhorar a esse respeito. Ora, não há a mínima discussão desse tema, discutem-se pessoas, numa atitude de comadres à porta de casa...

P - Admito essa discussão, mas há uma coisa que não me parece muito clara: ainda não ouvimos o Governo condenar aquele tipo de proposta feita ao Estado português.

R - Em primeiro lugar, deveríamos saber se o Governo anterior condenava ou não. Para a apreciar o que aquele banco fez, neste momento, temos pouco. Temos uma apresentação. Mas parece que o que resultaria daquelas medidas é claramente criticável. E este Governo sempre criticou as práticas de desorçamentação.

P - Não está apurado é que o secretário de Estado tenha tido realmente participação naquele documento?

R - Não quero alimentar a discussão... mas vou recordar que o próprio secretário

de Estado disse que ele não elaborava nem participava na negociação directa daquele tipo de produtos.

P - Do ponto de vista político, este caso de Pais Jorge não constituiu um problema acrescido à ministra das Finanças, também ela criticada pela sua ligação aos SWP da Refer?

R - Não entendo que seja o caso. A ministra das Finanças, nada teve a ver com SWAP duvidosos e, tal como todos os Ministros, responde perante o Primeiro-Ministro [PM] e beneficiam da sua confiança total. Sendo que o PM já reafirmou várias vezes a confiança que tem na ministra das Finanças.

P - A ministra está focada no OE com todas estas polémicas?

R - Tenho a certeza que sim. Mas é óbvio que quando há crises políticas, isso tem um efeito de distração. Temos que dedicar-nos à resolução desses problemas. Mas não tenho dúvidas da prioridade e dedicação imensa da ministra ao OE.

P - Gonçalo Barata tem condições para continuar nas Águas de Portugal?

R - A sua pergunta parte do pressuposto da inclusão do nome dele num documento cuja própria veracidade está, neste momento, a ser posta em causa. Enquanto isso não for claro, não vou estar a alimentar isso.

«Não contem que, daqui em diante, tenhamos um caminho de rosas...»

P - Não é cedo demais para prometer um novo ciclo, com tantos cortes orçamentais ainda por fazer?

R - Os sinais positivos que temos confirmam que estamos em condições de entrar num novo ciclo. Os números de desemprego excedem todas as previsões optimistas. Há 15 anos que não

se criavam tantos empregos em Portugal - o que acresce ao aumento da produção industrial e das exportações. Este ciclo novo é produto do esforço de consolidação orçamental e reequilíbrio financeiro. Mas é importante tornar claro para as pessoas que não é um novo ciclo em que tudo vai mudar do dia para a noite, em que vai ser apenas um caminho de rosas. Continuam a existir sacrifícios e dificuldades pela frente. É um caminho estreito, mas virado para o investimento e crescimento económico, mas feito num contexto de conclusão do processo de ajustamento orçamental e num contexto europeu difícil.

P - O Governo está a fazer um Orçamento do Estado para 2014 com cortes de 3,6 ou de 2 mil milhões?

R - Não sei de onde é que vem esse número [de 2 mil milhões]. O compromisso com a troika é de 4 % de défice no próximo ano e é com base nisso que o OE está a ser preparado.

P - Então são 3,6 mil milhões.

R - É com base nisso que o OE está a ser preparado.

P - Sem a TSU dos reformados, com cortes mitigados na CQA e com a prometida redução do IRC, como é que se chega aos 4%?

P - O Governo não prometeu essa redução [de IRC] já para o próximo ano. O Governo manifestou uma intenção e um desejo de uma redução progressiva da taxa do IRC num horizonte até mais alargado...

P - Mas não é seguro que exista folga orçamental para fazer esta redução de dois pontos do IRC em 2014?

R - Como o próprio Primeiro-Ministro disse, há o desejo de progredir nessa direcção. Quando o podemos fazer, se o podemos fazer depende das condições





orçamentais.

P - Voltando à questão anterior: sem a TSU dos reformados, com cortes mitigados na CGA e com a redução do IRC em 'stand-by', ainda é possível fazer um Orçamento com o objectivo de 4% do défice?

R - É esse esforço que o Governo está a fazer. Há já um esforço grande, com um conjunto de medidas como a lei das 40 horas, p.ex., mas o Governo está a encontrar todo um conjunto de instrumentos que permitam atingir o valor orçamental fixado com a troika. Encontraremos seguramente uma forma de cumprir com as nossas obrigações.

P - Nesse esforço, ainda poderá ser equacionada a TSU dos reformados no próximo OE ou já foi mesmo deixada cair?

R - Eu não vou estar a falar de medidas específicas, para além daquelas que o Governo já anunciou e concretizou.

P - Portugal vai pedir, na próxima avaliação da troika, a flexibilização adicional que chegou a pedir na última revisão?

R - Uma negociação desse tipo nunca se faz em público, nunca se anuncia em público. O Primeiro-Ministro já disse que as condições macro-económicas podem, em certas condições, levar a solicitar uma flexibilização do défice. Se for esse o caso e se vier a ter lugar, será tratado com a troika e nunca em público. Por vezes, dá-se a entender que é muito fácil negociar com a troika, como se fosse um ser racional e único. É importante compreender que a troika é um conjunto de instituições, que têm atrás um conjunto de Estados com diferentes opiniões públicas. É difícil negociar neste contexto porque estamos a negociar com diferentes opiniões públicas. Tal como em Portugal há fadiga de austeridade, em alguns outros Estados há fadiga de solidariedade.

P - As eleições alemãs poderão ajudar?

R - Não é só a Alemanha que é determinante para uma determinada visão do processo de ajustamento. Reunidos os incentivos políticos certos, é mais fácil que a estrutura de decisão política na Europa e a estrutura de Governo económico mude, para depois podermos ter melhores respostas ao nível dos Estados-membros. A ideia que muita gente tem em Portugal de que flexibilizar é neste momento melhor para nós e para a Europa é uma ideia falsa e cria uma ilusão que pode levar o País a cair num abismo - de que um segundo resgate não seria problemático porque conseguiríamos obter condições melhores ou porque ou era isso ou não cumpríamos com a nossa dívida. Veja-se

o caso do Chipre! As opiniões públicas não aceitaram um 'bail out' e as pessoas perderam os seus depósitos. Portanto, é só com credibilidade que é mais fácil negociar.

P - Ainda não nos livrámos do segundo resgate?

R - Estamos em condições de não necessitar de um segundo resgate se continuarmos este caminho.

P - Paulo Portas poderá negociar melhor com a troika do que Vítor Gaspar?

R - O Governo, no seu todo tem a responsabilidade de negociar com a troika. A alteração foi na liderança, em que parte dela foi assumida pelo dr. Paulo Portas.

P - Para a troika, será igual?

R - Pode ser importante para a troika a presença na equipa negocial, de elementos dos dois partidos da coligação. Pode até ajudar a reforçar o peso negocial da equipa de negociação.

P - Tendo em conta que Portas contribuiu para a crise recente, ele terá perdido créditos para essa negociação?

R - Não tenho essa noção. Nós, se calhar dramatizamos mais esse tipo de crises do que acontece internacionalmente. Eles estão mais habituados do que nós a crises e dificuldades em governos de coligação.

P - Faz sentido Paulo Portas tentar uma negociação política junto de Barroso, Draghi e Lagarde?

R - A negociação com a troika é permanente. Não se processa apenas quando vem cá, com as equipas técnicas, mas também a nível político, isso já existia e penso que continuará a existir.

P - Para quando está prevista a apresentação do guião para a reforma do Estado, responsabilidade do agora vice-Primeiro-Ministro?

R - Penso que em breve, mas como é responsabilidade do vice-Primeiro-Ministro, ele próprio indicará o 'timing' exacto.

P - O que é que mais o surpreendeu quando chegou ao Governo?

R - (Depois de uma pausa) - Há uma cultura de funcionamento dos Governos em Portugal que é uma cultura muito funcionalizada, em que cada Ministério é quase um Governo em si próprio. É muito difícil a arbitragem política e de políticas. É um aspecto em que temos que investir mais, para que haja uma verdadeira coordenação de políticas. Em matéria de fundos comunitários, estou a desenvolver um processo realmente novo de competição entre os diferentes serviços do Estado para a utilização de fundos.

P - Já se arrependeu de ter criado os 'briefings' diários?

R - Não. Tenho criticado a cultura política em Portugal, que passa por excessiva superficialidade na forma como os temas são discutidos. Não se discute verdadeiramente as opções de política pública, mas mais a estratégia política, em que a comunicação política é mais importante do que a própria política. O espaço mediático é excessivamente dominado pela cultura do 'off'. Quando se muda uma cultura política, isso leva tempo e eu espero que haja a paciência para se ter esse tempo.

P - Com que opinião ficou de Vítor Gaspar?

R - Eu já o conhecia. É uma pessoa extremamente interessante e com um óptimo sentido de humor.

P - Chegou a perceber as razões da demissão de Paulo Portas?

R - Não vou estar a pronunciar-me. São

razões pessoais, como ele próprio indicou.

P - E que opinião tinha e ganhou de Passos Coelho?

R - É uma pessoa de enorme integridade, extremamente inteligente e tem uma qualidade que muitas vezes não é suficientemente apreciada que é a resiliência.

P - Já o conhecia antes de entrar para o Governo?

R - Pouco. Tínhamo-nos encontrado duas ou três vezes.

'Corte da CES vai continuar'? O Estado não está em condições de pagar as pensões públicas como estava previsto, afirma o ministro-Adjunto. O corte, acredita, é constitucional.

P - O Governo tem ainda margem para ajustamentos no diploma da CGA?

R - Como há um processo negocial em curso, é óbvio que há uma margem para ajustamentos que podem decorrer dessa negociação.

P - Pergunto isso porque esta proposta é já um documento negociado dentro do próprio Governo - também para cumprir uma série de requisitos, como os constitucionais.

R - Isso é normal. Mas é uma proposta feita de boa-fé aos sindicatos. Procura minimizar qualquer tipo de risco constitucional.

P - O que resultar dali soma à Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), já aplicada nestes anos?

R - Em princípio, sim.

P - A reposição das pensões em determinadas condições económicas e orçamentais não é uma miragem?

R - É ao mesmo tempo a manifestação de um desejo e um reconhecimento da situação particular daquelas pessoas, mas também da circunstância em que o Estado se encontra - uma situação financeira tal que não dá condições de pagar as pensões como estavam previstas. Isto não significa que não consideremos a convergência [entre o sistema de pensões público e privado] boa. É um princípio bom. Reconhecemos é que há um impacto e custo social elevado em pessoas com determinada idade.

P - Politicamente falando, é possível justificar a manutenção de excepções para diplomatas e juizes?

R - Não é matéria que conheça em detalhe. Teria que me informar melhor para responder apropriadamente a isso.

P - Qual é a maior resistência que este Governo tem enfrentado? Do TC ou da Oposição?

R - Não quero falar de resistência

a esse respeito. São duas entidades totalmente diferentes. A oposição tem um papel normal e de antagonismo no sistema democrático. Também espero que tenha abertura para buscar consensos e compromissos. O TC tem a autoridade última sobre a interpretação da Constituição. O Governo pode ter a sua própria interpretação, mas respeitará sempre as decisões do TC.

P - Confia que este diploma da CGA passe no TC?

R - O nosso entendimento - e de vários constitucionalistas que consultámos - é o de que o diploma é constitucional. Não o proporíamos se não o entendêssemos.

P - Mas reconhece que é arriscado do ponto de vista da Interpretação constitucional?

R - Há matérias em que a interpretação constitucional é mais subjectiva ou indeterminada do que noutras. Princípios que têm a ver com a igualdade e a confiança são muito abertos. Isso é normal. Mas eu sempre defendi a interpretação da Constituição no contexto económico-social concreto da sua aplicação. Antes de ir para o Governo, assumi publicamente a minha discordância com algumas interpretações do TC, o que não significa falta de respeito.

RTP irá na direcção do modelo da BBC

P - Disse querer alterar as regras de nomeação do Conselho de Administração da RTP. Com que objectivos?

R - A RTP tem tido um risco de governamentalização. Isso levou a que a estrutura de governo interna leve a alguma disfuncionalidade, à dificuldade de dar uma direcção clara à empresa.

P - Fazia sentido que o CA passasse pela AR?

R - Tenho uma ideia e uma proposta que estou a elaborar a esse respeito. Vou apresentar um roteiro para a reestruturação da RTP e o sector do audiovisual em Setembro. Só posso antecipar que o modelo de governo da RTP que pretendo vai, em alguns pontos, na direcção do modelo da BBC.

P - Alberto da Ponte queixou-se de não ter tido resposta à proposta que fez de novo contrato de concessão.

R - No calendário que estabeleci com a própria administração, a proposta do contrato de concessão estaria concluída por esta altura.

P - As declarações dele ao Expresso foram desajustadas?

R - O próprio dr. Alberto da Ponte disse-me que terão sido descontextualizadas. E é tudo, por agora... (Fonte e agradecimentos ao "SOL")





## XI Universidade de Verão do PSD

# Um sucesso marcante na actividade de formação política do PSD

Os 100 “alunos” da Universidade de Verão do PSD começaram no dia 26 do mês passado, as ‘aulas’ em Castelo de Vide, por onde passaram, dando a sua contribuição ao longo da semana, professores como Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes e o socialista Correia de Campos.

A sessão de abertura decorreu a partir das 6 da tarde com a presença do Secretário-Geral social-democrata, Matos Rosa, do coordenador da comissão política nacional do partido, Marco António Costa e do presidente da JSD.

Os jantares, são tradicionalmente ocasião para intervenções relevantes, estiveram presentes no primeiro, de abertura, o candidato do PSD à Câmara de Braga, Ricardo Rio, e o presidente da câmara de Castelo de Vide, António Ribeiro.

Depois, ao longo da semana, os 100 jovens tiveram os dias preenchidos com aulas dadas por ‘professores’ como os sociais-democratas Marcelo Rebelo de Sousa, Leonor Beleza, Paulo Rangel e Pedro Santana Lopes, o Ministro adjunto, Poiares Maduro e o socialista Correia de Campos, antigo ministro da saúde dos Governos de António Guterres, que no jantar de sábado falou sobre Segurança Social.

Os chamados “temas fracturantes” também não ficaram de fora do programa com os deputados Mónica Ferro e José Manuel Canavarro a debaterem a co-adoção por casais homossexuais ou lésbicos, na sexta-feira de manhã.

O encerramento da Universidade de Verão de 2013 foi feito no Domingo perto do meio-dia, pelo líder Social-Democrata e Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, numa intervenção que assinalou o segundo grande momento da ‘rentrée’ do partido, depois da Festa do Pontal e que, pela sua grande importância política, reproduzimos integralmente, na 2ª página deste número do “Povo Livre”

## O programa da XI Universidade de Verão

### SEGUNDA-FEIRA, 26.AGOSTO

18.00 Sessão formal de abertura  
**Dep. Carlos Coelho**,  
 Director da Universidade de Verão  
**Dep. Hugo Soares**, Presidente JSD  
**Dep. José Matos Rosa**, Secretário-Geral do PSD  
**Dr. Marco António Costa**,  
 Coordenador Permanente da CPN do PSD

20.00 Jantar com o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide  
**Dr. António Ribeiro**  
 Intervenção de Abertura com o **Dr. Ricardo Rio**

22.00 Reunião dos Grupos de Trabalho

23.30 Reunião com os Coordenadores dos Grupos

### TERÇA-FEIRA, 27.AGOSTO

10.00 “Ambiente e energia, o que temos de decidir já”  
**Eng. Jorge Moreira da Silva**

13.30 Briefing sobre a Constituição da República Portuguesa  
**Prof. Doutor Tiago Duarte**

14.30 “10 respostas sobre o programa de ajustamento em Portugal”  
**Eng. Carlos Moedas**

17.30 Reunião dos Grupos de Trabalho

20.00 Jantar-Conferência com  
 o **Prof. José António Salcedo**

### QUARTA-FEIRA, 28.AGOSTO

10.00 “Falar Claro”  
**Dep. Carlos Coelho** e **Dr. Rodrigo Moita de Deus**

14.30 “Um retrato de Portugal”  
**Prof. Doutor António Barreto**

17.30 Reunião dos Grupos de Trabalho

20.00 Jantar-Conferência com o **Dr. Pedro Reis**

### QUINTA-FEIRA, 29.AGOSTO

10.00 “Intervir no social em tempos de crise”  
**Dr. Pedro Santana Lopes**

14.30 Assembleia Extraordinária (Apresentação dos Trabalhos de Grupo)  
 Comentários do **Dep. Paulo Rangel**

17.30 Visita a Castelo de Vide

20.00 Jantar-Conferência com o **Dr. Alexandre Relvas**

### SEXTA-FEIRA, 30.AGOSTO

10.00 “Co-adoção: Sim ou Não?”  
**Dep.ª Mónica Ferro** versus **Dep. José Manuel Canavarro**

14.30 “A Consolidação da Democracia e o PSD”  
**Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**

17.30 Reunião dos Grupos de Trabalho

20.00 Jantar-Conferência com a **Dra. Leonor Beleza**

### SÁBADO, 31.SETEMBRO

10.00 “Europa: cinco questões em aberto”  
**Prof. Doutor Miguel Poiares Maduro**

15.00 ASSEMBLEIA (exercício de simulação)  
 Avaliação de **Dep. Carlos Coelho** e **Dep. Duarte Marques**

17.30 ASSEMBLEIA (exercício de simulação)  
 Avaliação de **Dep. Carlos Coelho** e **Dep. Duarte Marques**

20.00 Jantar-Conferência com  
 o **Dep. António Correia de Campos**

### DOMINGO, 1.SETEMBRO

10.00 Avaliação da UNIV 2013

12.00 Sessão de Encerramento da UNIV  
**Dep. Carlos Coelho**,  
 Director da Universidade de Verão  
**Dep. Hugo Soares**, Presidente da JSD  
**Dr. Pedro Passos Coelho**, Presidente do PSD

13.00 Almoço com participantes de anteriores UNIV's



O 1º dia da XI Universidade de Verão começa em Castelo de Vide, a XI Edição da Universidade de Verão.

A Universidade de Verão nasceu e tem-se mantido desde 2003 sempre em Castelo de Vide, e tem registado a participação de centenas de jovens oriundos de todo o País.

Depois do visionamento de um vídeo/resumo da Universidade de Verão 2012, o director da UV falou do difícil processo de selecção pelo qual os alunos passaram antes de serem os escolhidos. Carlos Coelho referiu ainda a pluralidade da nova turma que conta com alunos já experientes na política e, ao mesmo tempo, pessoas sem qualquer ligação partidária mas com vontade de aprender. Terminou lembrando que o grande objectivo da Universidade de Verão é formar pessoas capazes de uma intervenção política responsável e explicando regras e procedimentos essenciais da semana. Foi ainda prestada homenagem àquele que se revelou, nos últimos anos, um dos melhores professores da Universidade de Verão em diversas edições, António Borges, falecido recentemente.



De seguida interveio o presidente da JSD, Hugo Soares, que, saudando os alunos, lembrou que «as férias acabaram» e esta será uma semana de bastante trabalho, desejando ainda boa sorte a todos.

Estavam presentes José Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD, Marco António Costa, Vice-Presidente do PSD e coordenador da CPN e Hugo Soares, líder da JSD.

Falou depois o Vice-Presidente Coordenador da Comissão Política Nacional e Porta-Voz do PSD, Marco António Costa, que realçou a importância desta escola de formação política para os jovens participantes Reproduzimos, na íntegra o seu discurso, pois se trata de uma peça de grande intervenção política.

Afirmou Marco António Costa:

## Marco António Costa dirige-se aos alunos da U. Verão

«O PSD orgulha-se de ser o partido que de forma mais sustentável e regular tem investido na formação política em Portugal.

Não valorizamos esta formação por razões de imagem ou porque parece bem, mas porque para o PSD a prioridade também é a produção de pensamento, a cons-





trução de alternativas, o estímulo à participação política dos cidadãos, o contributo para o debate democrático e, de forma muito especial, a formação de jovens quadros.

Agradeço em nome do PSD ao Instituto Sá Carneiro toda a colaboração que nos tem dado nestes projectos: a Universidade de Verão, as Universidades do Poder Local, as Universidades Europa, a Formação Blitz para as Autarquias Locais.

Agradeço ainda ao Carlos Coelho o facto de ser um esteio no entusiasmo e persistência com que sempre se dedicou à formação política dos jovens.

Esta Universidade é a oportunidade de reflectir sobre o tempo que vivemos recordando a história que nos trouxe até aqui e o país que queremos legar à vossa geração. Isso implica falar de princípios e valores políticos mas também da praxis associada ao exercício da vida pública no poder ou na oposição.

Estamos num tempo de uma nova forma de fazer política introduzida pelo actual Governo. Existe uma clara distinção, não só entre a actuação deste Governo e dos que o antecederam, mas também entre a atitude do PSD e a dos partidos da oposição.

Para o PSD, falar de uma nova forma de fazer política significa ser fiel a valores e princípios, recusando a cedência ao facilitismo, à demagogia e ao anúncio daquilo que se sabe não poder ser feito ou empurrar para a frente a resolução de problemas comprometendo o futuro, nomeadamente as novas gerações, isto é, os jovens que hoje aqui estão.

Em matéria desses valores e princípios destaco os seguintes:

- a) Compromisso com a verdade;
- b) Interesse nacional como referencial único da acção política;
- c) Compromisso com a procura do consenso político e social;
- d) Prioridade à solidariedade para com os mais desprotegidos e os mais vulneráveis.

Compromisso com a verdade – Os governos anteriores quiseram teimosamente ignorar a realidade e faltar à verdade aos portugueses sobre a gravidade da situação a que chegámos e sobre as suas causas. Quiseram esconder dos portugueses a real situação do País. E o mesmo sucede hoje com a oposição, que aponta caminhos que não levariam a lado algum porque sabe – ou deveria saber – que não podem ser cumpridos. Infelizmente o expoente máximo desse comportamento tem sido o maior partido da oposição.

O actual Governo liderado pelo PSD, pelo contrário, falou sempre aos Portugueses de olhos nos olhos. Não escondeu, não omitiu e não mascarou nada. Aceitou pagar o preço da impopularidade, porque era isso que a realidade a que nos conduziram exigia. Demonstrou o sentido de Estado e o sentido de responsabilidade requeridos pela necessidade urgente de retirar Portugal da situação de catástrofe financeira e social a que fomos



conduzidos pela omissão, pela passividade e pela irresponsabilidade daqueles que, no tempo oportuno não fizeram o que deveriam ter feito, ou ainda agravaram a realidade por comportamentos eleitoralistas.

Afirmámos que os sacrifícios pedidos aos Portugueses eram indispensáveis, mas dissemos ao mesmo tempo que desta vez eles não seriam em vão. E também aí afirmámos, pela positiva, a diferença.

O PSD disse aos Portugueses, no início do mandato deste Governo, que a prioridade absoluta era cumprir o memorando, pôr em ordem as contas públicas, sem descurar a coesão social, e readquirir a credibilidade externa perdida. E que, cumpridos esses objectivos, o País estaria em condições para recuperar a economia e combater o desemprego.

Os factos mais recentes estão a dar-nos razão: para além das sistemáticas avaliações positivas da troika, do controlo do deficit orçamental, há ainda uma melhoria crescente das contas externas por efeito do aumento das exportações, sinais positivos no emprego, melhoria sistemática dos indicadores relativos à actividade económica e ao clima económico, de que realço o crescimento da economia já verificado no 2º trimestre deste ano.

O que se conseguiu foi, antes do mais, mérito dos Portugueses, do seu empenho, da sua abnegação e dos seus sacrifícios. Por isso, menorizar os sinais positivos de recuperação que se registam não é criticar o Governo, é desrespeitar os Portugueses.

O Governo liderado pelo PSD não se afastou da sua

linha de falar verdade aos Portugueses. Por isso se fala em sinais positivos, mas não se esconde que há ainda muitas dificuldades pela frente. Também aqui rejeitamos o triunfalismo, a demagogia e o populismo a que outros não resistiriam, como a sua actuação passada bem demonstra. Esses transitaram do triunfalismo irrealista no poder para o azedume de uma oposição em negação da realidade e em negação das suas próprias responsabilidades face aos erros fatídicos cometidos enquanto poder.

Interesse nacional como referencial único da acção política – Uma das razões que conduziram Portugal à situação que herdamos residiu no facto de em muitas circunstâncias os Governos anteriores terem agido, não na defesa do interesse nacional, mas na defesa de privilégios injustificados, interesses corporativos e lógicas eleitorais.

Para além de inaceitável no plano ético, tal atitude teve consequências dramáticas no plano económico e financeiro, uma vez que não preparou o País para uma economia internacional marcada por uma abertura sem precedentes e por uma concorrência feroz. Portugal pagou, assim, um preço bem pesado, pelo facto de os responsáveis políticos terem, por razões de comodidade ou de tibieza, adiado as indispensáveis reformas em sectores-chave da economia.

O mais extraordinário é que ninguém podia ignorar

que a situação a que o País chegou não era sustentável por muito mais tempo. Não era possível nada fazer quando o País vivia sistematicamente acima das suas possibilidades, com um nível de despesa pública insustentável, com um nível muito baixo de exportações, com um mercado de trabalho pouco flexível, com níveis de produtividade significativamente mais baixos do que os dos nossos mais directos competidores internacionais.

Como sempre acontece, porém, a realidade encarregou-se de demonstrar a fragilidade do País e a sua falta de preparação, não apenas para resistir a crises como a de 2008 ou a da dívida soberana, mas para resistir às características e aos desafios de uma economia globalizada.

Recordo o debate eleitoral de 2009 entre o Eng. José Sócrates e a Dr.ª Manuela Ferreira Leite, em que o realismo, a verdade e a responsabilidade personificados pela então líder do PSD, foram derrotados pela ilusão, omissão e eleitoralismo demagógico sem precedentes. O tempo, como já o disse, confirmou a pior das expectativas e Portugal em 2011 sucumbiu ao peso dos acontecimentos e descobriu de forma brutal a verdade que lhe foi escamoteada e escondida pelo governo de então.

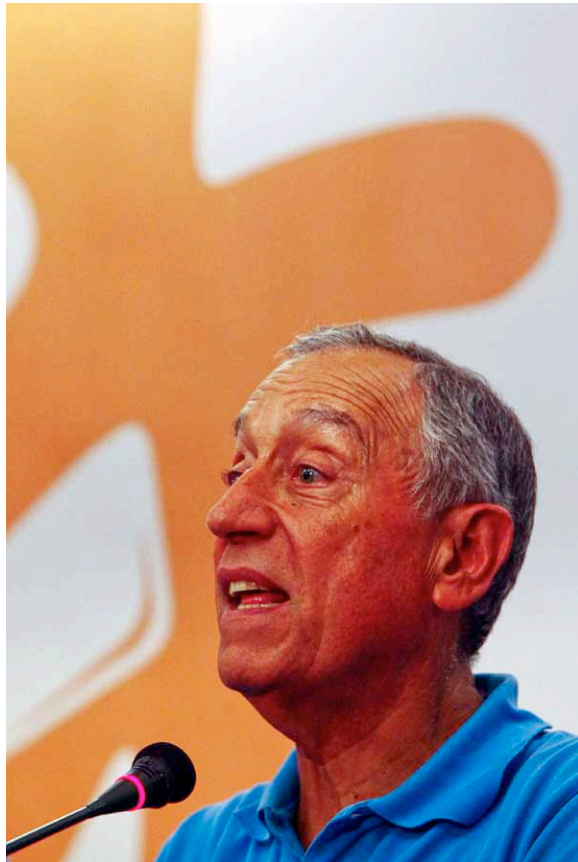
Lembrar este facto não visa mostrar qualquer acrimónia, mas tão só não deixar esquecer a história.

Aquilo que deveria e poderia ter sido preparado e realizado ao longo de um período de tempo mais alargado e de forma mais planeada e menos custosa para os portugueses, está agora a ser concretizado num curto



lapso de tempo e com um cronograma imposto pelo Programa de Assistência Financeira, razão pela qual não há espaço nem oportunidade a hesitações, contratempos ou falhanços, sob pena de as consequências serem devastadoras.

O interesse nacional exigia assim que fossem tomadas as medidas e empreendidas as reformas que preparassem Portugal para os desafios da modernidade. O interesse geral não podia continuar refém dos interesses corporativos ou sectoriais e de lógicas eleitorais. E, por isso, o Governo liderado pelo PSD tem levado a cabo o mais vasto conjunto de reformas de que há memória na nossa história recente. Porque é necessário que todos sejamos capazes de compreender que se tais reformas não forem feitas, Portugal não conseguirá crescer e desenvolver-se e não será capaz de se libertar da tutela



internacional a que anos e anos de adiamentos e irresponsabilidades nos conduziram.

É nossa firme convicção que estamos todos como Nação mais perto de recuperar a nossa plena independência e liberdade de escolha no futuro com o final do programa de assistência financeira.

Importa aludir a algumas destas reformas: reforma e modernização da Administração Pública, reforma das leis laborais e modernização do mercado de trabalho, reforma da justiça em ordem a torná-la mais célere, mais amiga da economia e credora de maior confiança junto dos Cidadãos. Foi ainda feita a reforma da administração local de modo a torna-la mais capaz de responder às necessidades e anseios das populações locais, a reforma do IRC no sentido de criar um ambiente mais favorável às empresas e à captação de investimento estrangeiro.

Compromisso com a procura do consenso político e social - A dimensão das tarefas a empreender é de tal ordem que um Governo responsável não pode nem deve rejeitar os contributos, as ideias e as propostas vindas de todos os sectores da sociedade, tenham elas origem em partidos, em associações patronais, em sindicatos, em instituições de solidariedade, etc.

Acresce que as mudanças profundas a levar a cabo têm que perdurar no tempo, sejam quais forem as forças políticas a quem os Portugueses confiem a responsabilidade de governar.

O nosso País tem pago um preço demasiado alto pelas constantes alterações de linha de rumo que se seguem às alterações de Governo. Também isso tem que terminar. É certo que quem ganha as eleições tem legitimidade para aplicar o programa que viu sufragado nas urnas. Temos de ser capazes de demonstrar a maturidade política necessária para alcançar entendimentos políticos de médio e de longo prazo em áreas que são cruciais para o nosso futuro colectivo. Além disso, a existência de um consenso

alargado é um sinal fundamental para a recuperação e o reforço da nossa credibilidade externa, seja junto dos nossos actuais credores, seja junto dos mercados a que recorreremos para nos financiar. Essa tem sido a preocupação constante do PSD no Governo, que por isso tem valorizado o diálogo e a concertação sociais, como o demonstra a assinatura de um acordo de concertação que envolveu todas as associações empresariais e uma das centrais sindicais, bem como os acordos firmados com as Instituições da Economia Social: as IPSS Misericórdias e Mutualidades.

No plano político, o Governo e os partidos que o integram demonstraram também recentemente, na sequência do apelo do Senhor Presidente da República, o seu empenho em estabelecerem com o principal partido da oposição compromissos alargados e temporalmente duradouros em áreas vitais da governação.

Infelizmente, e não por nossa responsabilidade, tal não foi possível, uma vez que outros não souberam mostrar sentido de Estado como o PSD demonstrou quando, na oposição, viabilizou orçamentos e documentos económicos determinantes para o País.

Recordo que o PSD na oposição, liderado por Marcelo Rebelo de Sousa, por Luis Marques Mendes, por Manuela Ferreira Leite e por Pedro Passos Coelho, viabilizou orçamentos aos governos liderados pelo PS, bem como assinou pactos de regime para áreas vitais da nossa sociedade ou ainda para aprofundar o projecto europeu. Estes factos, demonstram as diferenças.

## Desafiamos o principal partido da oposição a romper com a sua fobia aos consensos

Desafiamos o principal partido da oposição a romper com a sua fobia aos consensos porque ela não passa de uma fuga à responsabilidade, com gravosos prejuízos para Portugal. O consenso não se apregoa, pratica-se. Por isso, o PSD permanecerá firme nessa sua determinação. Apelamos, por isso, a que outros sejam capazes de pôr de lado os seus interesses particulares e de trabalhar com o Governo na definição dos caminhos que assegurem a Portugal o desenvolvimento sustentado e aos Portugueses as condições de vida que legitimamente ambicionam.

Vivemos um tempo de emergência nacional. Estamos obrigados ao cumprimento de compromissos internacionais que salvaram Portugal da banca rota. Exige-se de todos, sem prejuízo dos posicionamentos pessoais e institucionais, um dever de solidariedade e cooperação no caminho de viabilização de um Portugal sustentável.

Ninguém, nem nenhum órgão de soberania, se pode demitir dessa responsabilidade activa. Portugal não pode viver permanentes contratempos nem sentir que há contra correntes no caminho da recuperação da plena soberania. A intervenção de todas as instituições deverá sempre levar em linha de conta a situação de emergência nacional que vivemos.

O Governo liderado pelo PSD continuará a trabalhar nesse sentido, mas não se demitirá das responsabilidades de decisão que são as suas. O País não deixará de levar a cabo as reformas que têm mesmo de ser realizadas, ainda que outros não possam ou não queiram acompanhá-los nessa tarefa. Até porque as reformas estão em linha com o que outras democracias europeias já realizaram, em devido tempo, garantindo assim a sustentabilidade dos respectivos estados.

Assim, também importa que Portugal, por via dessas reformas, acompanhe tais democracias, garanta a sua sustentabilidade e evite voltar a passar pela necessidade de recorrer a programas de assistência financeira internacionais, como já aconteceu por três vezes nas últimas 4 décadas.

Prioridade à solidariedade para com os mais desprotegidos e os mais vulneráveis - Uma das primeiras medidas que o Governo liderado pelo PSD tomou foi implementar um Programa de Emergência Social de forma a responder aos impactos que decorriam da aplicação do programa de ajustamento financeiro.

O PES que se iniciou em Outubro de 2011 e estará em vigor até Dezembro de 2014 tem uma dotação de 910 ME e está dirigido a cerca de 3 milhões de pessoas dando resposta às Famílias, aos Idosos, às Pessoas com

deficiência e às Instituições da Economia Social.

Entre as respostas evidenciam-se a Rede Solidária de emergência alimentar (947), o Mercado Social de Arrendamento e o Banco de Medicamentos. Aumentou-se o número de vagas nas creches e apostou-se no investimento e apoio à sustentabilidade das Instituições do Sector Social.

Mas a acção Governativa não ficou por aí. A consciência social também está patente na actualização das pensões mínimas, sociais e rurais (aumento de 4.2% para cerca de 1 milhão e 135 mil Pessoas), na majoração de 10% do montante do subsídio de desemprego para casais que tenham filhos a cargo, na acumulação do subsídio de desemprego com a aceitação de emprego e novo salário e com a criação, finalmente, do subsídio de desemprego para Trabalhadores Independentes, empresários em nome individual, comerciantes e pequenos empresários

Estes são alguns exemplos como a Social-Democracia deixa a sua marca numa Governação com forte pendor social.

Numa outra dimensão, o Governo liderado pelo PSD promoveu a Economia Social como instrumento de desenvolvimento social, económico e de coesão territorial.

Importa aliás recordar que foi a Maioria Parlamentar que suporta o Governo que apresentou uma Lei de Bases da Economia Social que foi aprovado por unanimidade e cuja regulamentação está a ser acompanhada pelo Conselho Nacional para a Economia Social, um Órgão que foi desgovernamentalizado e que tem sido muito valorizado pelo Governo.

Aliás, o Governo colocou, pela primeira vez, como sector operacional fundamental do próximo Quadro Comunitário de Apoio, a Economia Social. De 2014 a 2020 será um instrumento privilegiado e de excepção no apoio às políticas de desenvolvimento local, de coesão social e territorial /.../.

## A entrada num novo ciclo autárquico

/.../ E esta nova aposta, coincide, felizmente, com a entrada de um novo ciclo autárquico.

Aproxima-se a data das eleições locais. O PSD não tem medo destas eleições nem de qualquer outra eleição. O poder local, desde os primórdios da democracia, está na genética do PSD. O PSD teve sempre uma forte penetração nas autarquias e é essa a principal marca distintiva do nosso partido.

O PSD sempre foi um partido de proximidade com as pessoas e é na gestão autárquica que essa proximidade mais se faz sentir. O PSD sempre teve excelentes projectos de governação das autarquias de norte a sul do país e nas Regiões Autónomas.

As eleições que terão lugar daqui a um mês são eleições locais e não nacionais. Prova disso é o facto de tantas vezes no passado os cidadãos votarem de forma diferenciada, no mesmo dia, para três diferentes órgãos autárquicos: Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleia de Freguesia.

Claro que existe também uma leitura nacional destas eleições e o PSD já o assumiu claramente quando aprovou a moção de estratégia de Pedro Passos Coelho ao Congresso: ganhar o maior número de Câmaras Municipais e liderar a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

As eleições autárquicas representam um enorme trabalho político e de entrosamento com a sociedade. Apresentamos cerca de 70 mil candidatos nas nossas listas, muitos deles cidadãos independentes.

Apresentamo-nos em Coligação com o nosso Parceiro de Coligação no Governo, o CDS/PP, em 88 Concelhos.

Reconhecemos que, no futuro, será necessário reforçar ainda mais a participação dos jovens na vida política. É necessário que o façam com qualidade e em nome dos nossos valores. Por isso, o vosso empenho e participação qualificada nesta universidade, não é apenas sinal de que há jovens portugueses e social-democratas com qualidade que investem parte do seu tempo na procura de formas de melhorar a intervenção na causa pública, é também um sinal de esperança.

Obrigado pelo vosso exemplo de trabalho e de rigor, de empenho e de qualidade. Aqui vos deixo os meus votos de uma boa semana de trabalho»





Por fim, José Matos Rosa terminou a sessão entregando aos conselheiros os estandartes dos respectivos grupos: Jorge Varela – Encarnado e Laranja; Paulo Pinheiro – Amarelo e Bege; Simão Ribeiro – Castanho e Cinzento; Teresa Azoia – Roxo e Verde; Vera Artilheiro – Azul e Rosa.

## Jantar inaugural

O primeiro jantar da UV 2013 teve como convidados o presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, António Ribeiro, e Ricardo Rio, candidato à presidência da Câmara Municipal de Braga. Naquela que é a última edição deste evento com a presença de António Ribeiro como presidente da CM de Castelo de Vide, Carlos Coelho começou por agradecer a hospitalidade com que tem recebido as sucessivas edições deste evento e congratulou-o pelo bom exemplo que é como autarca. Ricardo Rio, homem persistente, determinado e, nas palavras de Carlos Coelho, “o próximo presidente da CM de Braga”, salientou a importância de agir pela causa pública e não para benefício próprio. Manifestando-se contra os gastos excessivos realizados no seu concelho, sem dividendos reais para a população, defendeu que é fundamental saber gerir os custos de acordo com as necessidades e desenvolver uma gestão autárquica mais participada.

O dia terminou com a primeira reunião dos grupos com os respectivos conselheiros, cujos objectivos foram a apresentação e a escolha dos coordenadores.

## O segundo dia em Castelo de Vide

O segundo dia da Universidade de Verão 2013 começou com uma aula do Engenheiro Jorge Moreira da Silva subordinada ao tema “Ambiente e energia: o que temos de decidir já”. O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia trouxe ao debate questões como a urgência em encontrar políticas, mecanismos e iniciativas que dêem resposta aos problemas ambientais e a necessidade de apostar na implementação de uma «economia verde» em Portugal. Segundo Jorge Moreira da Silva, Portugal tem nesta área grandes possibilidades de internacionalização por força da tecnologia, das engenharias e das infra-estruturas.

Seguiu-se um almoço com a presença do Professor Doutor Tiago Duarte, especialista em Direito Constitucional, que fez um briefing sobre a Constituição da República Portuguesa, de forma a dar aos alunos informação necessária para a realização dos seus trabalhos de grupo. O Professor explicou que a separação de poderes e a garantia dos direitos fundamentais são os dois pilares estruturantes da Constituição e da Democracia, referin-

do que «a Constituição deve acompanhar o passar do tempo» e que revê-la «é uma maneira de a garantir». Terminou afirmando que «tudo somado, a nossa Constituição é um caso de sucesso».

A aula da tarde contou com o Engenheiro Carlos Moedas, para dar “10 respostas sobre o programa de ajustamento em Portugal”. O Secretário de Estado-Adjunto do Primeiro-Ministro começou por admitir que, apesar de ser difícil prever o resultado de um programa de ajustamento, «Portugal vai voltar a crescer, porque a nossa História mostra que Portugal é capaz de crescer». Abordou tópicos como: as razões da crise; o FMI, a Troika e os programas de ajustamento no mundo; os primeiros resultados do ajustamento português; e invalidou pensamentos comuns como a errada implementação de medidas previstas no programa, a falta de recompensa pelos esforços já realizados, o aumento constante da dívida e a irrelevância do impacto das reformas estruturais.

Lembrou ainda que é essencial finalizar o programa para ganhar a confiança dos mercados e que «o crescimento é um objectivo, não é uma medida».

O dia terminou com um Jantar-Conferência com o Professor Doutor José António Salcedo. Uma exposição brilhante, sábia e intimista sobre a sua vida em que a Responsabilidade foi o tema dominante e que mereceu a atenção da plateia durante cerca de duas horas e meia. “Zé António”, como pediu que lhe chamassem, confessou dar grande importância à educação como via para chegar à autonomia e à responsabilidade e incentivou a que não fiquemos calados: «devemos levantar a voz de forma correcta, educada». Deu ainda provas de que «um Estado centralizador desresponsabiliza as pessoas» por lhes retirar poder de decisão autónomo.

Também a importância do multiculturalismo, da persistência e da procura de realização foram temas abordados pelo Professor.

## O 3º dia: um retrato de Portugal

O terceiro dia da 11ª edição da Universidade de Verão 2013 começou com um clássico desta formação: Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus explicaram aos alunos como “Falar Claro”. Foi uma palestra interactiva, divertida e dinâmica sobre técnicas de comunicação cujo objectivo é potenciar as competências comunicativas dos participantes a nível oral, escrito e gestual, que tantas vezes são necessárias, seja em ocasiões especiais ou no dia-a-dia.

Através da visualização de filmes, com o suporte de diversos documentos de apoio e da abordagem de casos práticos, a comunicação em política foi detalhadamente analisada.

Os alunos tiveram oportunidade de esclarecer dúvidas e partilhar experiências, de forma a obter ajuda para ultrapassar as dificuldades de comunicação que sentem.

Como afirmou Carlos Coelho, «A comunicação não é um concurso de elegância, é um concurso de eficácia».

A parte da tarde ficou marcada pela ida de António Barreto a Castelo de Vide para fazer “Um retrato de Portugal”. Depois de destacar a importância da juventude na sociedade, o sociólogo percorreu a linha do tempo do nosso País desde a sua formação até à actualidade. A nível demográfico foi possível apercebermo-nos da sua preocupação com o rápido envelhecimento da população portuguesa – que, segundo o próprio, será a mais envelhecida da Europa dentro de poucos anos; a nível social realçou a importância da criação do Estado Social português; e, a nível cultural, Barreto defende que a educação é fundamental «para dar cultura às pessoas» e que «o que nos distingue é a cultura geral» e não a formação específica. Em resposta a algumas questões dos alunos, o Professor revelou não ser adepto desta Constituição e afirmou também «não ter orgulho em Portugal, mas sim admiração».

O dia terminou com um jantar-conferência com o Dr. Pedro Reis a falar sobre “O sucesso das exportações portuguesas”. O presidente da AICEP traçou o panorama geral desta actividade económica nos últimos anos e salientou o sucesso que as empresas tiveram no ano 2012, apesar de todas as condições adversas a que estavam sujeitas. Frisou a importância da capacidade de internacionalização que as empresas devem ter como forma de contornar a crise nacional e, conseqüentemente, de criar emprego. O convidado esclareceu ainda as dúvidas dos alunos, apontando os principais obstáculos à criação e ao desenvolvimento das empresas, os aspectos a ter em conta quando se pretende criar e/ou internacionalizar uma empresa e enunciou algumas regras a ter em conta ao investir.

Pedro Reis acredita que esta é «a melhor geração que Portugal já produziu» e, apelando à persistência, disse saber bem «que mudar de página não está ao virar da esquina, mas está à nossa frente».

## Pedro Santana Lopes no 4º dia

Foi Pedro Santana Lopes quem iniciou o quarto dia da 11ª edição da Universidade de Verão. O ex-primeiro-ministro, ex-líder do PSD, antigo Presidente da Câmara de Lisboa, Secretário de Estado da Cultura e actual Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, explicou aos alunos “Como intervir no Social em tempos de crise” e falou sobre o trabalho que tem realizado à frente da SCML: proporcionar melhor acesso a cuidados de saúde, à habitação e a actividades de lazer, para pessoas carenciadas. Segundo Santana Lopes, «é principalmente em tempos de crise que o Estado deve olhar pelos mais desprotegidos» e é também necessário «andar à procura dos problemas, porque eles, muitas vezes, não vêm ter connosco».

Falando de Cultura, Santana Lopes defendeu que a cultura é um bem indispensável a todos, capaz de fazer







esquecer momentos menos bons como o actual e por este motivo, é uma área que não deve cair no esquecimento. Foi uma aula entusiástica que mereceu nota máxima por parte dos alunos e em que não faltaram questões para colocar ao convidado. Uma frase ficou no ouvido de todos: «Criar esperança é muito importante. Temos que dar às pessoas o direito de sonhar»

Durante a tarde foi a vez de dar voz aos alunos. Os participantes da UV apresentaram trabalhos realizados sobre a Revisão Constitucional que, por sua vez, foram alvo de apreciação por parte do eurodeputado Paulo Rangel. Rangel falou sobre a forma e o conteúdo das apresentações e intervenções e, sendo a Constituição um pilar fundamental da nossa Democracia, o balanço foi positivo.

O jantar-conferência centrou-se no tema Empreendedorismo com o Doutor Alexandre Relvas, CEO da empresa portuguesa Logoplaste, a transmitir aos alunos o processo de criação da sua empresa e o seu modo de funcionamento e sustentabilidade. Responsável por um projecto de tão grande sucesso, Alexandre Relvas apontou algumas vantagens competitivas que Portugal tem como destino de investimento, nomeadamente a localização geográfica, características naturais como o clima, recursos humanos com avaliação positiva por parte de investidores estrangeiros e o nível de qualidade de vida.

O empresário revelou ser contra a falta de confiança, pessimismo e fatalismo que se instalaram entre os portugueses e afirmou sermos «muito melhores do que pensamos». Disse ainda haver razões para estarmos optimistas em relação ao futuro: «Há coisas a melhorar, mas nós somos bons». Houve ainda oportunidade de Alexandre Relvas responder a diversas questões dos alunos relacionadas com empreendedorismo e também com a actualidade social, económica e política.

## 5.º dia: co-adoção e a consolidação da Democracia

No quinto dia da Universidade de Verão 2013, o primeiro tema abordado foi a co-adoção por casais homossexuais. Frente-a-frente estiveram os deputados Mónica Ferro – a favor – e José Manuel Canavaro – contra. Apesar das diferenças, ambos confessaram não ter um posicionamento radical relativamente à questão e Canavaro advertiu para a falta de estudos credíveis acerca dos efeitos desta alteração de paradigma. Mónica Ferro afirmou que é fundamental, acima de tudo, garantir as condições necessárias ao bem-estar criança e ao respectivo equilíbrio familiar.

Carlos Coelho fez um balanço positivo da discussão, referindo a boa qualidade e pertinência das questões

e intervenções dos alunos, bem como a seriedade com que o tema em causa foi encarado, gerando-se um debate extremamente enriquecedor.

À tarde, foi a vez de Marcelo Rebelo de Sousa falar acerca sobre “A consolidação da Democracia e o PSD”. Marcelo percorreu a linha do tempo e fez uma reflexão sobre os momentos de viragem na história da democracia portuguesa nas últimas décadas, referindo, paralelamente, a evolução do Partido Social Democrata ao longo dos anos e traçando as principais diferenças entre o que era aquando da sua fundação e o que é na actualidade, ressaltando que o PSD é «um partido de militantes» e não de eleitores.

Chegada a fase das perguntas dos alunos, estes mostraram-se interessados em questionar o comentador relativamente à actualidade política, económica e social. Marcelo Rebelo de Sousa é presença assídua na Universidade de Verão há já vários anos e é constante a sua capacidade de prender a atenção dos participantes.

O jantar-conferência do quinto dia da UV contou com a presença de Leonor Beza, que fez uma exposição acerca da Fundação Champalimaud, à qual preside. Os alunos ficaram a saber um pouco mais sobre este centro de investigação reconhecido internacionalmente por características como a inovação tecnológica e a preocupação com a humanização dos cuidados com os pacientes. Também o facto de juntar no mesmo espaço investigadores, médicos e pacientes é chave para o sucesso deste centro.

Leonor Beza partilhou alguns episódios relacionados com a sua vida pessoal e política, nomeadamente a experiência como uma das primeiras mulheres em Portugal a ocupar cargos relevantes – foi secretária de Estado e ministra numa época em que era quase certo que os mesmos fossem ocupados apenas por homens. Revelou ainda que desde muito cedo lhe foram exigidos rigor, trabalho e competência, o que faz com que hoje seja defensora de uma verdadeira meritocracia para a sociedade portuguesa.

«Olhem para a nossa história recente como país, e descubram que as coisas não estão adquiridas, não estão ganhas... (...) gastem o vosso tempo a procurar uma formação pessoal tão intensa e exigível como possível. (...) não está nada perdido, mas temos que cuidar do nosso tesouro, do nosso país.»

## 6º dia – Poiães Maduro e a Europa



O sexto dia da Universidade de Verão contou com a presença do Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional Miguel Poiães Maduro, que falou acerca da “Europa: cinco questões em aberto”. Interligando questões económicas com a justiça e a política, o ministro defendeu que, hoje em dia, «a Constituição deve ser interpretada à luz do espaço europeu e num espaço temporal que atenda ao interesse das gerações futuras e não apenas aos interesses das gerações actuais». Há «dificuldade em interpretar a Constituição no tempo e no espaço em que hoje deve ser interpretada», o que significa que deve «haver uma discussão mais alargada» sobre o que esta pretende.

Relativamente à Europa, Miguel Poiães Maduro afirmou que, muitas vezes, a sua crise política se explica pelos processos democráticos dos próprios Estados e que, quando a autoridade política é muito difusa, é difícil encontrar responsáveis, pois «os Estados transferem para as entidades europeias a responsabilidade» e vice-versa. Foi uma aula muito entusiástica em que não faltaram questões dos alunos para o Ministro dar resposta.

À tarde foi a vez de os participantes mostrarem o que valem numa Simulação de Assembleia. Vestindo a pele de Governo e Oposição, os alunos debateram dez temas fracturantes na sociedade: Legalização da Prostituição; Criação de um Programa Nacional de Incentivo à Natalidade; Aumento da idade mínima para permitir o consumo de álcool; Autorização da contratação de funcionários para substituição de grevistas; Fim da gratuidade do ensino básico e secundário; Abolição das touradas em Portugal; Estabelecimento do voto obrigatório; Rejeição do novo acordo ortográfico; Obrigatoriedade da reciclagem doméstica; Alargamento da limitação de mandatos a outros cargos políticos.

O último jantar-conferência da 11ª edição da Universidade de Verão teve como convidado o eurodeputado socialista António Correia de Campos, que começou por falar da História da evolução do Estado e do Estado Social. O ex-Ministro defendeu a Saúde Pública em detrimento da Privada e considera que o Sistema Nacional de Saúde e a ADSE devem ser repensados.

## Passos Coelho proferiu o discurso de encerramento, para os jovens e para todos os Portugueses

No domingo, dia 1 de Setembro, a sessão de encerramento contou com uma vasta plateia, que especialmente aguardava a intervenção de encerramento do Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

José Matos Rosa, Secretário-Geral, Marco António Costa, Vice-Presidente Coordenador Permanente da Comissão Política Nacional e Porta-Voz do PSD, Duarte Marques e Nuno Matias, Directores Adjuntos da Universidade de Verão, Pedro Roque, dos TSD, Deputados a Assembleia da República, Órgãos Autárquicos do Concelho de Portalegre e os Candidatos do distrito às eleições do próximo dia 29 de Setembro estiveram presentes.

Carlos Coelho, Director desta formação política, encerrou os trabalhos e deixou uma palavra muito especial a todos os participantes:

«Minhas Senhoras e meus senhores: encerramos a XI Edição da Universidade de Verão. A minha primeira palavra é para os 100 participantes. 100 jovens que prescindiram de uma semana de férias. 100 jovens com vontade de intervir cívica e politicamente. 100 jovens que deram provas de rigor e de qualidade»

Hugo Soares, líder da Juventude Social Democrata, agradeceu aos 100 jovens alunos cada momento de participação, cada momento de mútua aprendizagem, afirmando que «Aquilo que vos queria dizer, a cada um de vós, não é parabéns mas é um obrigado. Obrigado por aquilo que durante uma semana eu também aprendi convosco, obrigado por aquilo que quiseram fazer nesta Universidade de Verão e sobretudo obrigado por aquilo que vão ser no futuro. Vocês são o futuro deste País que é o nosso, que é Portugal.»

Fonte: Audiovisuais do PSD



# A renovação e a animação do Mercado de Braga são indispensáveis para a cidade



Ricardo Rio, líder dos “Juntos por Braga”, acompanhado por vários autarcas, visitou o Mercado Municipal de Braga, dia 24 de Agosto. A visita foi mais um momento de contacto com as pessoas num dos locais mais emblemáticos da cidade de Braga.

O candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga foi recebido com grande júbilo quer pelos comerciantes quer pelos habituais clientes do mercado. No decorrer da visita Rio foi interpelado com diversas queixas. Os comerciantes aproveitaram a oportunidade para lamentar junto de Ricardo Rio as deploráveis condições do Mercado Municipal e reclamam por uma intervenção nas infraestruturas do Mercado. Explicaram ainda que em dias de intempéries é muito complicado trabalhar num espaço sem protecção. De acordo com alguns comerciantes, o facto de o mercado estar tão degradado e tão exposto ao mau tempo afasta a clientela.

Há comerciantes que estão ao sol e à chuva sem um tecto que os proteja”, sendo que “quando chove a chuva inunda o espaço porque também não há uma vidraça que os proteja, as caleiras não são suficientes para escoar a água e há ainda o problema dos entupimentos dos ralos”.

A conclusão é unânime e apoiada por Rio: “temos que actuar urgentemente neste mercado, melhorando as condições de trabalho e garantindo mais animação”.

Ricardo Rio lamentou a deterioração do espaço interno e externo e considerou que esse é um dos factores que prejudica fortemente o dinamismo económico local, lembrando mesmo que o estado deplorável a que chegou o Mercado Municipal se deve essencialmente às políticas deficitárias promovidas pela actual maioria Socialista.

Perante os lamentos de Joaquim Mesquita, um dos históricos talhantes deste espaço, Ricardo Rio garantiu que após as eleições de 29 de Setembro o Mercado Municipal vai merecer uma especial atenção com vista à sua requalificação.

Ricardo Rio contactou directamente nos últimos dias com vários cidadãos e agentes das freguesias de S. Vicente, Lomar e da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, em acções de rua que tiveram como principal objectivo perceber quais as reais necessidades e preocupações das populações. Jorge Pires, Manuel Dias e Angelina Rodrigues, respectivamente os candidatos às Juntas destas freguesias, acompanharam Rio durante as iniciativas.

De acordo com o candidato à liderança da Câmara Municipal, é fundamental desenvolver o diálogo “olhos nos olhos” com as pessoas. “Somos uma candidatura que se distingue pela proximidade e procura de consenso com os diversos agentes, pelo que consideramos essencial este contacto pessoal. Para nós, a opinião de todos conta e será valorizada”, salientou, sublinhando que este tipo de iniciativas é também importante para se conhecer mais “aprofundadamente” o território e as suas carências.

“Só estando no terreno podemos ter plena consciência dos problemas das populações. Queremos iniciar um ciclo muito distinto em Braga, marcado por uma nova forma de fazer política que coloca as pessoas como prioridade”, afirmou Rio, criticando a postura arrogante da Câmara Municipal: “Os membros do executivo municipal fecham-se em gabinetes, perdendo totalmente a noção da realidade do concelho”, criticou Rio.

Durante estas acções, Rio falou com diversas pessoas e apontou várias queixas efectuadas relativamente a áreas como o urbanismo, os espaços verdes, a acção social ou o apoio às actividades comerciais. “Sente-se na rua que as pessoas querem uma cidade diferente e com mais qualidade de vida, o que se consegue com muito trabalho e com uma autarquia que esteja mais presente no dia-a-dia das populações. Esta é uma onda de mudança que irá alterar o panorama de todo o concelho para muito melhor”, garantiu o líder da coligação “Juntos por Braga”.





# Governo regional não faz tudo o que devia para combater dificuldades



O presidente do PSD/Açores lamenta que “o governo regional não esteja a fazer tudo o que está ao seu alcance para combater as carências alimentares que se verificam na Região”, nomeadamente, “ao não aproveitar os mecanismos de ajuda nacional existentes”.

Duarte Freitas, em declarações à comunicação social no final de uma reunião com a direcção da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, estranhou “que perante as carências que vão sendo relatadas publicamente o governo regional não tenha aproveitado as verbas nacionais que existem e que estão disponíveis”.

O líder dos sociais-democratas açorianos recordou que “existe um programa de ajuda alimentar nacional, que não tem nada a ver com um programa semelhante que existe na União Europeia”. “No entanto, sublinhou, “esse programa tem verbas para todas as regiões do país e o que se sabe é que os Açores ainda não utilizaram mais de cinquenta por cento dos fundos que têm à sua disposição”.

As instituições da região “que se dedicam a combater as carências alimentares têm de perceber que existem verbas para as ajudar e que essas verbas estão à disposição da Região”, disse.

Para o presidente do PSD/Açores “são também estranhas algumas das afirmações que têm sido feitas sobre o programa comunitário de ajuda alimentar”. De facto, referiu, “já por várias vezes foi afirmado publicamente que esse programa europeu não vai acabar. Vai ser criado um novo programa uma vez que o actual tem por base os excedentes alimentares resultantes da PAC”.

“O que é importante é que os apoios não vão desaparecer. Eles vão continuar a existir, agora com uma nova configuração na sequência das alterações que estão a ser introduzidas à Política Agrícola Comum”.

Esta reunião “insere-se no conjunto de encontros que o PSD/Açores tem vindo a realizar a diversas instituições de solidariedade social, não só para conhecer as suas necessidades, mas também para disponibilizar o apoio do partido de forma a combater a maior crise financeira, económica e social da Autonomia”, referiu.

## Hospital da Ilha Terceira “com a sua autonomia em risco”

O PSD/Terceira considera que a criação de um Centro Hospitalar dos Açores (CHA) vai deixar o hospital local “sob a total dependência dos serviços de uma estrutura centralizada em Ponta Delgada”, acrescentando que “a decisão política do Governo Regional, decorrente da proposta de reestruturação da Saúde, está anunciada, mas não deveria ser implementada”, disse Péricles Ortins.

Em conferência de imprensa, junto aquela unidade de saúde, o presidente da comissão política de ilha criticou a tutela, referindo que a Ilha Terceira fica mais pobre “em cuidados de saúde de proximidade, em muitas das especialidades, e perdeu a autonomia de decisão para o tratamento de quem necessita do nosso hospital”.

Segundo Péricles Ortins, “mesmo com o eventual recuo das decisões relativas aos cuidados primários, e face à confusão generalizada relativa aos Centros de Saúde de toda a região, parece que a teimosia em criar o CHA poderá seguir em frente, com o conseqüente esvaziamento do hospital em Angra”, criticou.

“À medida que vão saindo os profissionais de saúde do nosso hospital, outros não serão contratados, pois quase tudo será decidido em São Miguel e sob autorização concedida por quem lá decide. Caso não seja possível uma autorização para deslocação fora da região, resta pagar ou morrer aqui”, afirmou o social-democrata.

Para Péricles Ortins, “com esta decisão, os Açores perdem a capacidade de ter mais do que um pólo para desenvolvimento da ciência em saúde e interajuda, em caso de calamidades ou de qualquer problema hospitalar accidental, uma situação que deveria ser evitada. A Terceira tem uma localização geográfica central e excelentes condições de evacuação aérea, que deviam ser utilizadas para suportar o sistema regional de saúde, reforçando-se o papel do nosso hospital”, frisou.

“Para que serviram os milhões de euros gastos no novo edifício que iremos pagar durante 30 anos?”, questionou, querendo também saber “o que acontecerá quando a pista de Ponta Delgada estiver encerrada ao tráfego, como acontece frequentemente, e já não houver a especialidade médica necessária em Angra ou na Horta”, prosseguiu.







# Povo Livre

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 431 • 27 de Outubro de 1982 • Preço 15\$00

## Solicitada reunião da cimeira da AD

1. A Comissão Permanente Nacional do PSD reitera a sua convicção de que a revisão constitucional, ainda que tivesse ficado aquém, em alguns pontos, daquilo que seria desejável, conduziu a um quadro constitucional plenamente democrático e que permite o desenvolvimento das políticas mais convenientes para enfrentar e resolver os problemas da sociedade portuguesa, com o objectivo essencial da melhoria progressiva das condições de vida dos cidadãos.

2. Estão assim criadas condições para que a AD realize, nomeadamente no campo económico e social, as reformas indispensáveis para a concretização do programa de mudança consubstanciado na sua proposta eleitoral, que mereceu o apoio dos portugueses nas eleições de 1979 reafirmado e reforçado nas eleições de 1980.

3. O PSD continua, agora como sempre, fiel aos compromissos assumidos e disposto a dar o seu melhor contributo para o reforço da coligação.

4. Verificando-se, todavia, a existência de problemas que podem pôr em causa a necessária coesão e solidariedade entre todos os parceiros da coligação, a comissão permanente nacional deliberou solicitar ao presidente do PSD a convocação de uma cimeira da AD a fim de que estes problemas sejam discutidos com a necessária profundidade e afastadas as dificuldades, para se prosseguirem com o empenhamento de sempre os objectivos comuns.

Lisboa, 25 de Outubro de 1982.

A Comissão Permanente Nacional do PSD

## TEMPO DE ANTENA DO PSD

Hoje às 20H30 na RTP-1 (após o Telejornal) **Dedicado ao poder local**

Dia 29 na RDP, Antena-1 (cerca das 13H30)



Artur Mota fez balanço:

**JOVENS CORRESPONDERAM A PROGRAMA LANÇADO PELO GOVERNO**

(PÁG. 2)

Pinto Balsemão:

## INTERESSES NACIONAIS ESTÃO ACIMA DOS INTERESSES PESSOAIS OU DE GRUPO

“Aperfeiçoar a administração que existe não satisfaz; é preciso substituí-la” — declarou, segunda-feira, o Primeiro-Ministro.

Falando na sessão de abertura do Sétimo Congresso Internacional dos Responsáveis pela Formação de Funcionários Superiores, Pinto Balsemão salientou que “o Estado democrático só será reforçado quando a administração Pública funcionar com eficiência e for ela própria uma base dinâmica de edificação da democracia”

Eis na íntegra, o discurso proferido pelo Primeiro-Ministro.

“O VII Congresso Internacional dos Responsáveis pela Formação de Funcionários Superiores é o mais

concorrido de sempre. Isto reflecte a crescente atenção que se presta, por todo o mundo, ao problema da

formação de funcionários superiores e dirigentes da administração pública.

Formar hoje funcionários superiores de amanhã é um dos temas sobre os quais o congresso vai debruçar-se.

É por este caminho que pode criar-se a “nova administração”. É aos quadros técnicos e dirigentes que compete a responsabilidade da reforma administrativa, da modernização da administração.

Aperfeiçoar a administração que existe não satisfaz. É

preciso substituí-la.

Trata-se de substituir um sistema rigidamente baseado nas hierarquias e na legalidade por um sistema caracterizado essencialmente pela eficácia e pela personalização das relações entre administradores e administrados. Trata-se, na formação de quadros técnicos e dirigentes, de criar verdadeiros gestores capazes de impulsionar a modificação do modelo de produção na ad-

(Continua na pág. 3)

## LUTAR CONTRA TODAS AS EXPRESSÕES LATIFUNDIÁRIAS

A Comissão Permanente Nacional do PSD, tendo acompanhado com especial atenção toda a campanha noticiosa levada a efeito por alguns jornais da capital, focando com particular incidência a problemática respeitante ao sector da secretaria de

Estado da Estruturação Agrária, convidou o militante eng. João Silva Maças para que fizesse o esclarecimento das notícias postas a circular por aquela referida imprensa.

Aquele militante, acedendo ao convite, produziu

um esclarecimento total dos factos e situações referidas na dita campanha, documentando e aclarando aqueles, de tal modo que a Comissão Permanente Nacional retirou da exposição feita as seguintes conclusões:

1. Que o processo da

distriuição de terras levada a efeito pela secretaria de Estado da Estruturação Agrária, tem sido feita com total respeito das normas legais e com reconhecido critério de justiça.

(Continua na pág. 3)

**C. P. Distrital de Viseu desmente o semanário “Expresso”**

(PÁG. 14)

**V ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS SOCIAIS DEMOCRATAS**

• POR UMA BANCA MODERNA AO SERVIÇO DO PROGRESSO ECONÓMICO E SOCIAL.



VIMEIRO, 30 - 31 / 10 / 82





## Uma agenda industrial

Jaime Quesado (\*)

Neste Novo Ciclo Económico, precisamos de apostar numa Nova Agenda Industrial. Vinte anos depois do Professor de Harvard Michael Porter ter realizado um profundo diagnóstico sobre as opções da economia portuguesa, mantém-se o problema central – ou se reinventa por completo o Modelo Económico ou então os problemas estruturais - Défice Público Elevado, Desemprego incontrolado, um Tecido empresarial envelhecido, poderão ter efeitos incontroláveis. Como há 20 anos torna-se claro que a Competitividade Portuguesa é o grande desafio nos próximos tempos! Por isso, a aposta numa Nova Agenda Industrial é a via certa para ganhar uma nova dimensão de futuro.

Falta em Portugal um sentido de entendimento colectivo de que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas é o único caminho possível para o futuro. Falta por isso em Portugal uma verdadeira Rede Integrada para a Competitividade capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional.

Uma breve radiografia à matriz sectorial da economia portuguesa demonstra de forma inequívoca as alterações contextuais produzidas ao longo destes últimos vinte anos, com impactos directos na própria organização da sociedade. Para além do desenvolvimento duma “nova economia de serviços”, de âmbito eminentemente local e com impacto reduzido em matéria de criação de valor sustentado, é de referir também o fenómeno de progressiva desindustrialização, entretanto acentuado nos anos mais recentes e o ténue desenvolvimento de “novos clusters” associados às dinâmicas da Inovação e Desenvolvimento. Trata-se duma evolução manifestamente assimétrica, com efeitos negativos em matéria de renovação dos indicadores activos de “capital estratégico”.

A aposta numa Agenda Industrial deve dar prioridade a duas áreas de intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. Passado todo este tempo, a leitura dos resultados não é nada abonatória - excluindo os muito conhecidos e divulgados casos de reconversão interna e sectorial conseguida com algum sucesso, na maior parte dos sectores industriais clássicos não foi feita a renovação necessária e os fechos de empresas e perda de quota efectiva de alguns mercados é o resultado mais do que evidente. Precisamos por isso duma Agenda Industrial forte e sustentada.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



## “Swap” democrático

João César das Neves (\*)

A oposição é a peça central da democracia, a característica definitiva do regime. Todos os sistemas têm governo; só as democracias mantêm uma oposição activa. Indicando opções e variantes, erros e omissões, dando voz aos descontentes, a sua missão é servir de alternativa, aspecto decisivo da natureza democrática. O asfixiante unanimismo de outros sistemas mostra quão preciosa é a sua realidade.

A sua principal importância é, porém, não funcional mas conceptual. O valor decisivo da oposição está menos no que faz do que na simples existência. À volta dela se manifesta a virtude decisiva da democracia, o desportivismo; a capacidade de saber ganhar e perder sem violar o confronto saudável. Isso é indispensável mesmo se não existem alternativas ou erros.

Elemento central da democracia, a oposição é também o mais difícil. É bem sabido que o desportivismo exigente em todas as posições surge mais amargo e penoso para quem perde. Por isso se pode dizer que na pureza dos conceitos é mais difícil ser-se uma boa oposição do que um bom governo. Ela constitui a zona mais frágil de todo o sistema. Aí se manifestam as falhas no dia-a-dia; aí nascem os golpes fatais para as instituições.

Nos casos extremos de pseudo-democracias, que respiram falsa liberdade, o risco vem da opressão e arbitrariedade do poder, mascarado atrás de pretenso sufrágio. As democracias imaturas, pelo seu lado, protegem-se desse vício. A sua fragilidade situa-se, no entanto, na falta de desportivismo, manifestado sobretudo na incompreensão do papel da minoria. Porque o propósito último da oposição não é opor-se ao governo, alvitrar alternativas ou denunciar abusos e atropelos. Esses são meios que se dirigem, sempre e apenas, ao bem da sociedade e progresso nacional. Esquecendo-o, a sua própria condição de vencida conduz inexoravelmente à perversão. Esta pode ser tripla: desprezada pelo poder, ignorada dos cidadãos, distorcida em si própria. A pior é a terceira.

Nada é mais triste numa democracia do que uma oposição que não se respeita a si mesma. Então as diferenças transformam-se em zangas, os reparos em insultos, a discordância em conflito. Aí a oposição converte-se em sabotagem. No calor da sua função, pode até cair em traição à pátria, invocando a abertura democrática para justificar comportamentos inaceitáveis.

Os últimos anos mostram como Portugal ainda precisa de crescer nestas dimensões. Os repetidos apelos a um “pacto de regime”, que anularia a oposição num “governo de salvação nacional”, só podem manifestar forte dúvida quanto à capacidade de, perante a crise, se funcionar em normalidade democrática. No fundo suspeita-se de que a oposição não esteja à altura das suas responsabilidades e, minando o poder, sacrifique o interesse nacional a propósitos eleitorais.

Deve dizer-se que os partidos da minoria têm feito muito para confirmar essa presunção. Chegou-se mesmo à mais lamentável das práticas oposicionistas, a “guerra santa” ao poder, radical, fanática e intolerante. Mais do que debate e alternativas, hoje ouvem-se anátemas, exorcismos, maldições. Em momento tão delicado, actuações destas põem em perigo o coração da democracia.

O recente caso dos swaps é particularmente ridículo. O fenómeno mantém-se obscuro, mas com claros sinais de irregularidade. Só que, a existir crime, os principais culpados situam-se no anterior Governo. Em vez de o assumir, esse partido, agora na oposição, ataca o actual Executivo em aspectos laterais.

Usar, durante uma emergência nacional, casos desta delicadeza como arma de arremesso, chicana mediática ou bloqueio político é inaceitável. Tratar como bandidos todos os remotamente ligados à questão é insensato. Ainda não se castigaram os decisores públicos que os contrataram, mas já foi despedido um ex-banqueiro por participar em reuniões. Isto tem alguma lógica?

O mais chocante é o supino desprezo pelo interesse nacional. Sacrificado nas negociatas antigas, torna a sê-lo agora nos bloqueios à governação. Isto degrada Governo, a oposição e a democracia.

(\*) Professor Catedrático, Economista, cronista ©DN





## A festa de Lurdes

Manuel Catarino (\*)

Nunca um governante terá sido tão sincero como Maria de Lurdes Rodrigues, ex-ministra da Educação, quando respondeu no Parlamento sobre o programa de obras nas escolas iniciado em 2010: “Foi uma grande festa para o País” – disse.

Foi, de facto, uma enorme farrá. Mas não para o País, que pagou mármore, chão de sucupira, candeeiros e mobiliário de autor e outras excentricidades – aparatosa lista de luxo denunciada pelo Tribunal de Contas. Mas a festa continua. Pelos menos duas dezenas de escolas ainda estão em obras – e os alunos têm aulas em contentores cujo aluguer já vai em 11 milhões de euros. Três anos depois, apesar das promessas de rigor, ainda há foguetes no ar.

(\*) Redactor Principal, CM



# AUTÁRQUICAS 2013

Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

[www.autarquicaspsd.pt](http://www.autarquicaspsd.pt)



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 10 de Setembro de 2013 (terça-feira), pelas 21h00, na sede com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Divulgação/aprovação das linhas orientadoras do programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP candidata às eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013

### BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 13 de Setembro de 2013, (sexta-feira) pelas 19h00, no Salão Nobre da Casa do Povo, em Vizela, com a seguinte.

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Análise da situação política.

### CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche para reunir no próximo dia 09 de Setembro de 2013 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Direita, nº 20, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Aprovação do Programa Eleitoral, de acordo com o nº 2 alínea f) dos Estatutos

2 - Processo Autárquico

3 - Análise e discussão da situação política actual, nacional e local

### LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Lourinhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Setembro de 2013 (domingo), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, 4 cave, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Eleições Autárquicas

### VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vale de Cambra, para reunir, no próximo dia 13 de Setembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Camilo Tavares de Matos (edifício da Caixa Geral de Depósitos) nº 352 - 1º andar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação político-partidária

2 - Eleições Autárquicas 2013

3 - Apresentação e votação do orçamento para o ano de 2013

4 - Outros assuntos de interesse